



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

INSTITUTO DE LETRAS - IL

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS JAPONÊS - LÍNGUA E  
LITERATURA

**IANNE DE ANGEL JESUS TORRES**

**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO ARTIGO 9º DA CONSTITUIÇÃO JAPONESA**

BRASÍLIA - DF

22 DE JANEIRO DE 2023

**IANNE DE ANGEL JESUS TORRES**

**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO ARTIGO 9º DA CONSTITUIÇÃO JAPONESA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Graduação em 2023, pelo Curso de Licenciatura em Letras Japonês - Língua e literatura da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Profa. Dra. Kimiko Uchigasaki Pinheiro

BRASÍLIA - DF

2023

**IANNE DE ANGEL JESUS TORRES**

**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO ARTIGO 9º DA CONSTITUIÇÃO JAPONESA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Graduação em 2023, pelo Curso de Licenciatura em Letras Japonês - Língua e literatura da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Profa. Dra. Kimiko Uchigasaki Pinheiro

**BANCA EXAMINADORA**

---

ORIENTADORA: Profa. Dra. Kimiko Uchigasaki Pinheiro

Universidade de Brasília (UnB)

---

EXAMINADORA: Profa. Dra. Angélica Louise de Souza Alencar

Universidade de Brasília (UnB)

---

EXAMINADORA: Profa. Dra. Kyoko Sekino

Universidade de Brasília (UnB)

## Agradecimentos

---

Gostaria de agradecer primeiramente aos membros do magistério da Universidade de Brasília, em especial à minha orientadora Kimiko Uchigasaki por ouvir meu conjunto de ideias confusas e pensamentos dispersos para consequentemente guiar a organização de todos esses conceitos e assim construir esse documento como um todo (sinceramente *sensei*, a mesma é minha verdadeira inspiração como educadora); assim como aos docentes Wanderson Tobias (cuja didática e perseverança durante a pandemia me inspiraram a permanecer no curso), Angélica Alencar (que o amor pela história e o respeito crítico à cultura japonesa me serviram de panorama ao escrever essa análise), Ítalo S. Bernardes (quem basicamente me ensinou como estudar, enquanto brasileira que nunca teve contato prévio com o idioma, os ideogramas japoneses e estruturar a gramática japonesa mais objetivamente), Kyoko Sekino (cujos levantamentos críticos me nortearam a um novo parâmetro de ótica analítica) e Yûki Mukai (um exemplo de como a dedicação nos leva ao alto patamar acadêmico, indiferente às nossas dificuldades pessoais). Sou muito grata pela oportunidade de ter, em minha jornada acadêmica, cruzado caminho com esses aqui citados e os demais profissionais da Universidade de Brasília que me apoiaram, orientaram e educaram no decorrer do curso.

Em segundo lugar, agradeço aos meus amigos - Kevin, Thaís e Alice - que me apoiaram a montar alguns dos questionamentos que estruturam esse documento, além do meu irmão mais velho Dionio e do meu melhor professor de história, o falecido Francisco - mais conhecido como *Chicão* - quem me inspiraram a seguir essa jornada acadêmica em si. Sequencialmente, agradeço aos meus familiares mais íntimos, que além de todo o apoio emocional para persistir nesse projeto, também foram responsabilizados pelo apoio financeiro e físico para que chegar até essa etapa fosse possível, sendo eles meu irmão mais novo Luso, minha mãe Maria Nice e meu companheiro de jornada na vida, De Angeles. Além disso, aos meus alívios afetivos, meus amados gatinhos *Sr. Patas*, *Minyun*, *Lily* e *Sebastian*.

Por fim, agradeço a Deus, meu anjo guardião e a todas as figuras espirituais que nos iluminam direta e indiretamente, além de todas as outras pessoas que conheci ao longo da vida e me proporcionaram o acúmulo de conhecimento que inspira a escrita deste documento.

## Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

### Siglas

Sigla	Signo	Significado
<b>EUA</b>	<i>Estados Unidos da América</i>	Refere-se ao governo dos Estados Unidos da América
<b>EF</b>	Ensino Fundamental <i>brasileiro</i>	Nível acadêmico que compreende o <i>ginasial</i> e <i>elemental</i> no sistema de ensino estadunidense e <i>shogakko</i> e <i>chugakko</i> no sistema de ensino japonês <sup>1</sup> .
<b>EM</b>	Ensino Médio <i>brasileiro</i>	Nível acadêmico que compreende o <i>colegial</i> no sistema de ensino estadunidense e <i>koukou</i> no sistema de ensino japonês.
<b>NUM</b>	Numeral	Se refere à transcrição de um número (ordinal ou cardinal)
<b>NOM</b>	Nome	Se refere à classe de um substantivo
<b>CNT</b>	Contador	Se refere à classe de descritivo de contagem
<b>ADN</b>	<i>Adnome</i>	Se refere à classe de palavras que servem para substituir uma expressão ou nome
<b>ADV</b>	<i>Advérbio</i>	Se refere à classe de palavras que marcam uma modificação a um verbo
<b>PAR</b>	Partícula	Se refere à classe de palavras que demarcam uma função gramatical ao termo que a antecede

<sup>1</sup> Para correlacionar esses níveis acadêmicos, foi utilizado a referência ao texto descrito sobre o **Sistema Educacional do Japão** disponibilizado pelo site da prefeitura de *Toyokawa*. Endereço eletrônico:

<

<b>VER</b>	Verbo	Se refere à classe de palavras que conceituam uma ação, estado ou fenômeno da natureza
<b>VAX</b>	Verbo Auxiliar	Se refere a uma subdivisão de verbos que tem função de apoio para um substantivo ou verbo, complementando o conceito de sua ação
<b>JKE</b>	<i>Jishokei</i>	Sufixo que demarca conjugação de verbo na conjugação do <i>jishokei</i> ou infinitivo do português
<b>PAI</b>	<i>Presente Afirmativo Informal</i>	Sufixo que demarca conjugação de verbo no modo do presente informal com indicação modal afirmativa
<b>PNI</b>	<i>Presente Negativo Informal</i>	Sufixo que demarca conjugação de verbo no modo do presente informal com indicação modal negativa

## Resumo

---

Esse trabalho trata-se de um estudo do artigo nono, enquanto delimitador da política externa nacional, da constituição japonesa de forma a compreender o que está descrito em seu texto constitucional, a justificativa para sua promulgação, analisar as versões oficiais em inglês e português, e, finalmente, sua aplicação prática até o ano de 2022. Como sendo um estudo de referencial bibliográfico, ao longo deste são sintetizadas informações sobre aspectos diversos como: a transcrição do trecho original e suas outras versões em outros idiomas (como para o inglês estadunidense e português brasileiro) sob a ótica dos autores INOUE (1999), NODA (1976); parâmetros linguísticos apontados por FUKASAWA (1979) e metodologia de tradução usada conforme defendida por OLIVEIRA (2017); o contexto histórico ao qual ocorre sua promulgação através da ótica de INOUE (1999) e CARDOSO (2019); e aplicação prática atual, por meio de percepções de MARTIN (2017), CARDOSO (2019) SILVA (2017) e HOSOYA (2019). Após observar o posicionamento dos autores, conclui-se que o debate levantado sobre a possibilidade de alterar, revogar e/ou complementar o artigo é uma necessidade à sociedade japonesa nos anos atuais que vem se tornando parte da esfera pública japonesa mas ainda pouco abordada nos círculos sociais e, inclusive, acadêmicos.

Palavras-chave: constituição japonesa; artigo da paz; artigo nono; lei japonesa; Japão pós-guerra;

## Abstract

---

This piece refers to a study of the nineth article, as a delimiter of external national politics, of Japanese's constitution in a way of understanding what is written in its constitutional text, the justification for its promulgation, analysis of its official versions in both English and Portuguese, and, finally, its nowadays application until the year of 2022. As being a study of bibliographic references, along these are made synthesized information in various aspects as such as – the transcription of the original snippet and its foreign language's versions (as from North-American English and Brazilian's Portuguese) under the optics of the work of authors INOUE (1999), NODA (1976) and with linguistics parameters pointed by FUKASAWA (1979) and translation methodology as defended by OLIVEIRA (2017); the historical context in which occurs its promulgation through the optics of INOUE (1999) and CARDOSO (2019); and its

nowadays application, by the perceptions of MARTIN (2017), CARDOSO (2019), SILVA (2019) and HOSOYA (2019). After observing the position made by the authors, it's concluded that the raised debate over the possibility of change, revoke or supplement the article is a need to Japanese society in the recent days which has been becoming part of the Japanese public sphere but still rarely approached in the social circles and, including, the academic circle.

Keywords: Japanese constitution; peace article; ninth article; Japanese law; post-war Japan;

## 大要

---

本稿は、国家外交政策の基本方針としての日本国憲法第 9 条について、その憲法条文に記述されている内容を理解し、その制定の正当性を確認し、英語とポルトガル語の公式翻訳を分析し、最後に 2022 年までの実用化について研究するものである。参考文献研究であるため、これに沿って原文の書き下し文とその翻訳（北米英語とブラジルポルトガル語）を、INOUE（1999）、NODA（1976）の視点と FUKASAWA（1979）の指摘する言語パラメータによって多面的に情報を統合している。INOUE（1999）や CARDOSO（2019）の焦点によると、その公布が行われる歴史的文脈、そして MARTIN（2017）、CARDOSO（2019）、SILVA（2017）、HOSOYA（2019）の確認するところにより、現在の実用化が行われています。これらの研究者による立場を観察した結果のポジショニングを観察した結果、条文の修正、廃止、補足の可能性について提起された議論は、現在の日本社会にとって潜在的なニーズであり、日本の世論の一部になりつつあるが、社会的にも学術的にもまだほとんど取り上げられていないと結論づけることができるだろう。

キーワード: 日本国憲法、平和条項、第九条、日本の法律、戦後日本。



## Sumário

---

Introdução .....	9
Revisão de Literatura .....	11
Metodologia.....	14
Análise .....	15
1. Estudo linguístico .....	15
Estudo frasal .....	19
Síntese final .....	31
Comparativo de versões .....	33
2. Estudo histórico .....	37
Momento prévio à ocupação do território.....	38
Ocupação pelos estadunidenses.....	40
Reformulação da Nova Constituição .....	41
3. Estudo interpretativo.....	43
O <i>Tratado de Paz com o Japão</i> de 08 de setembro de 1951 .....	46
O <i>Tratado de Segurança e Cooperação Mútua entre Estados Unidos da América e Japão</i> de 19 de janeiro de 1960 .....	48
O que se tem na atualidade sobre emendas ou alterações no artigo nono? .....	49
Conclusão .....	54
Referências .....	57

## Introdução

---

Enquanto estudante do idioma japonês, mais do que estudar apenas a superfície da cultura (como os *animes*, *mangás* e outras obras do entretenimento), aprendemos ao longo do curso que é necessário a compreensão da sociedade que caracteriza a língua. É possível afirmar que um idioma se adapta à sociedade; já essa se molda por leis; e o estudo de uma legislação nacional é uma porta para a

compreensão do funcionamento prático de uma cultura, sendo que a lei se desenvolve a partir de uma realidade e tendo, conseqüentemente, peso histórico e social. Essa é a motivação chave para dar início em um dos aspectos mais curiosos da cultura legislativa japonesa – a existência do artigo nono, sem a presença de emendas legislativas desde 1946, em sua constituição.

Entre as cartas trocadas por *Freud* e *Einstein*, que deram origem à matéria da BBC intitulada “por que a guerra?”<sup>2</sup>, esses intelectuais afirmavam que a guerra não é a solução mais eficaz para os problemas da humanidade; assim como outros acadêmicos que vivenciaram direta ou indiretamente os contextos de conflito armado, estes buscavam alternativas para resolução de conflitos internacionais sem o uso do poderio militar. Porém, são raras as nações globalizadas atuais que em seu próprio texto constitucional aplicam a aversão direta a essa prática – como é o caso da nação nipônica. Entretanto, o artigo da paz da constituição japonesa – como assim é reconhecido internacionalmente – não foi promulgado na constituição voluntariamente, mas sim imposto pelos países aliados – citam-se aqui as nações que assinaram o tratado de rendição, sendo elas as atuais Inglaterra, Estados Unidos, França e China – nos eventos que sucederam à rendição do Japão após a Segunda Guerra Mundial. Em vista da peculiaridade da existência desse artigo em meio a geopolítica de militarização internacional, esse estudo busca sintetizar informações sobre o que está escrito, porque foi promulgado e como é aplicado, até o ano de 2022, o texto que declara a renúncia japonesa à guerra.

A justificativa para a existência deste trabalho advém da necessidade de debater, na esfera política japonesa, a modificação da postura militar passiva quanto à geopolítica internacional. Essa necessidade observada através das decisões geopolíticas internacionais recentes como a retirada das tropas estadunidenses no Afeganistão em 2020<sup>3</sup>; assim como as medidas tomadas pelos Estados Unidos quanto à operação militar especial que a Rússia fez contra a Ucrânia em 2022<sup>4</sup> – que

---

<sup>2</sup> “Por que a guerra?": as cartas que Einstein e Freud trocaram há 90 anos. Acesso em 11 de novembro de 2022, disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-60741017>>.

<sup>3</sup> MANZANO, Fábio. **EUA concluem retirada das tropas do Afeganistão após 20 anos de ocupação.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/30/eua-concluem-retirada-das-tropas-do-afeganistao.ghtml>>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

<sup>4</sup> PORTO, Douglas. **Estados Unidos anunciam novas medidas financeiras contra a Rússia.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/estados-unidos-anunciam-novas-medidas-financeiras-contr-a-russia/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

demonstram uma posição menos ativa dos EUA perante conflitos em outras nações – tornam o Japão, que até recentemente ainda tinha uma relação de dependência com os estadunidenses, necessite urgentemente (e por sinal, que já vem acontecendo desde 2015 na esfera política do Japão) de uma discussão quanto à necessidade de, ter ou não, uma alteração (ou até mesmo revogação) do artigo. É pertinente salientar que, por se tratar de um tópico sensível para a ótica política, se torna necessária a devida continuidade na revisão, estudo das informações presentes neste trabalho para atualização e compreensão assim como possibilitar a formação de um posicionamento de argumentação sólida e agregadora. Desta forma, este trabalho propõe-se a analisar – o que sabemos sobre o funcionamento do artigo nono no Japão?

Desta forma, têm-se por objetivos deste trabalho:

1. Entender o que está escrito no texto constitucional japonês com base nas estruturas linguísticas como disposta por FUKASAWA (1979), enquanto compara as versões do original em japonês para o português brasileiro e inglês;
2. Discutir, pela ótica de CARDOSO (2019) e INOUE (1999), os eventos que antecipam a promulgação do texto do artigo nono na constituição japonesa;
3. Sintetizar informações, através das obras de CARDOSO (2019), SILVA (2017), MARTIN (2017) e HOSOYA (2019), sobre a aplicação prática do artigo de 1946 até o ano de 2016 e, ainda, apresentando um resumo do levantamento das atuais medidas governamentais por meio de matérias jornalísticas advindas do ano de 2022.

## **Revisão de Literatura**

---

As obras literárias que contemplam a base desse trabalho são totalizadas em sete – sendo quatro livros publicados, uma tese de mestrado e dois artigos científicos. Abaixo segue uma melhor contemplação dos seus conteúdos teóricos.

O livro *MacArthur's Japanese Constitution* de Inoue (1999) é a primeira obra literária em que se baseia o contexto de promulgação da constituição japonesa. Esse livro explica, sob a ótica histórica, a análise dos debates em que os membros da assembleia constituinte japonesa tiveram junto aos oficiais estadunidenses para a

transcrição do texto e os embasamentos filosóficos que justificaram o posicionamento estadunidenses; e, ainda, a intenção nipônica por detrás da escolha de algumas palavras e ideogramas na escrita em si da constituição. É de relevância ao conteúdo aqui trabalhado por nos apontar algumas contradições presentes na aplicação nipônica em relação à literalidade do escrito na legislação, justamente por citar que as diferenças culturais e a dificuldade de compreensão de um lado (estadunidenses) perante o outro (japoneses) que, ironicamente, facilitou a formulação de um consenso do que veio a ser oficializado no texto constitucional. Escrito em inglês, já na introdução a autora remete à dificuldade de produção do livro por conta da dificuldade de traduzir frases e sentenças que, no japonês, justamente indicam a intenção de apontar ambiguidade além de trazer a escrita original do artigo promulgado em japonês e a versão oficial, simultaneamente preparada, em inglês.

A segunda obra referenciada é *Introduction to the Japanese Law* de Noda (1976). Essa obra fala sobre a estrutura legislativa do Japão e faz uma análise mais aprofundada em cada um dos tópicos legislativos, já que o professor Noda é acadêmico nos estudos da lei francesa e propôs, em seu trabalho, uma tentativa de explicar como funciona o sistema de leis do Japão para estrangeiros e, em alguns trechos, fazendo uma comparação com a estrutura legislativa francesa. Originalmente foi escrito em francês e a obra aqui referenciada foi traduzida para o inglês com supervisão do autor original. O ponto chave desta obra é observar a organização estrutural do pensamento legislativo do Japão, como, a exemplo, os conceitos de direito individual e democracia são ainda muito recentes na mentalidade legislativa japonesa.

É interessante citar que, como se trata de um trabalho de interpretação de artigo legislativo de outro país, é necessário a adoção de uma tradução para compreensão do seu significado no idioma português. A metodologia de tradução utilizada foi a de tradução lexical que, apesar de não ser a metodologia universal de tradução e existindo e possibilitando o uso simultâneo (ou não) de outras, é defendida por Oliveira (2017) em *A importância da tradução: reflexões sobre o papel do tradutor* como sendo a que busca, mais fielmente em comparação a outras, avaliar cada palavra e termo gramatical sobre a ótica contextual da sociedade. Neste documento é proposto justamente entender a dualidade de significado levantada pelos autores anteriores, então é estudado o caráter linguístico tanto pela ótica gramatical assim como pelo

contexto histórico, buscando o mais aproximado significado do texto no idioma vernáculo.

Em seu artigo *Breves considerações acerca do “tempo” e do “aspecto” na língua japonesa moderna* a autora Fukasawa (1979) aborda rapidamente o funcionamento das flexões verbais no japonês e como entender o tempo na conjugação verbal se torna um processo de observar a variação dos sufixos. Se torna pertinente enquanto parâmetro de compreensão linguística do comportamento verbal presente no contexto do artigo nono.

A tese de mestrado pela Universidade de São Paulo (USP) escrita por Cardoso (2019) em *A política de defesa do Japão e as teorias realistas* nos assiste a compreensão mais atual de como funciona o poder militar no Japão pós anos 2000; Este é um trabalho completo para a compreensão metódica de como funciona o sistema de defesa do Japão e essencial a essa obra por ainda trazer perspectivas de análise filosófica sob a aplicação na atualidade justificando sua posição de alinhamento na vertente de política externa globalizada junto aos Estados Unidos.

Martin (2017) é professor de direito com mestrado pela Universidade de Osaka que em *The legitimacy of informal constitutional amendment and the “reinterpretation” of Japan’s War Powers* fez a apresentação do seu conteúdo de análise interpretativa, quanto à tendência nipônica de buscar ressignificar os termos presentes em sua constituição evitando o uso direto das emendas constitucionais, em conferências realizadas pela Associação de Lei e Sociedade de Seattle assim como na Associação de Lei e Sociedade de Tóquio (dentre outros órgãos mediadores de debate sobre política externa), para revisar e discutir os temas expostos em seu artigo. É de relevância ao trabalho por explicitar como o Japão se manteve durante anos sem efetuar, até o presente momento, nenhuma alteração constitucional.

Para poder compreender um pouco mais da discussão sobre o período pós-milênio na política externa do Japão, utilizamos o breve artigo de Mendes (2017) com o título *O Japão no Século XXI: Atuação Pacífica ou Ativa?* que sintetiza alguns acontecimentos após anos 2000 que causaram a mudança ativa na política governamental nipônica. A discussão apresentada nesse documento é então finalizada pela análise do livro *Security Politics in Japan* de Hosoya (2019) que é professor de política internacional na Universidade de Keio, em Tóquio, e foi um dos

convidados à participação da cúpula de formulação do sistema legislativo de defesa atualmente validado no território nipônico – desta forma, observar seu levantamento sobre os protestos ocorrentes no período, a divergência midiática e, ainda, seu posicionamento pessoal sobre a reformulação constitucional se tornam bem vindos à compreensão do funcionamento do artigo nono em complemento a essa “emenda” indireta ativa desde 2015.

## **Metodologia**

---

Como a intenção deste estudo é sintetizar informações para dar margem a um aprofundamento em cada tópico que envolve o funcionamento do artigo nono e assim fomentar a discussão sobre a permanência de seu atual texto constitucional, estrutura-se a pesquisa da seguinte forma:

1. Estudo linguístico – compreender o texto do artigo nono;
  - a. Identificação de caracteres e vocabulário;
  - b. Análise gramatical e semântica das expressões, termos e sentenças aplicadas no trecho original em japonês;
  - c. Comparativo com as versões oficializadas pelo site do governo japonês em inglês e do site da Embaixada Japonesa no Brasil para o português;
2. Estudo histórico – compreender a justificativa de promulgação;
  - a. Análise, de fontes bibliográficas, de como esteve o relacionamento do Japão com as outras nações durante o período que os autores consideram como de rendição;
  - b. Estudo, por meio de fontes bibliográficas, do que aconteceu durante o período em que era reestruturada a constituição japonesa;
3. Estudo interpretativo – entender a aplicação prática;
  - a. Estudo, por meio de fontes bibliográficas, de como foi o desenvolvimento dos tratados de cooperação entre Japão e EUA.
  - b. Estudo, por meio de fontes bibliográficas, de como se deu o desenvolvimento das Forças de Autodefesa do Japão após a segunda guerra e até o ano de 2022.

É pertinente citar que, os atuais conflitos em andamento com países de fronteira do Japão – tais como as ocorrentes entre China e Taiwan, entre Rússia e Ucrânia (mesmo a segunda não sendo geograficamente próxima ao Japão) assim como Coreia do Sul e Norte – tornam as medidas governamentais de defesa do Japão uma pauta recente e de corrente modificação, por isso o estudo sintetizará informações considerando as medidas tomadas até o final de 2022 e publicadas nas mídias internacionais como rede de notícias BBC e CNN.

Dado o norteamento e metodologia de pesquisa, será dado prosseguimento ao estudo.

## Análise

---

### 1. Estudo linguístico

---

Noda (1976) nos informa que a principal dificuldade para o estudo da lei japonesa por parte de um estrangeiro advém do quão diferente é o idioma materno do estudante em comparação do japonês (NODA, 1976. p. 9). O objeto deste trabalho se trata de um trecho constitucional escrito no idioma japonês e estudado sobre a ótica de interpretação da realidade prática no idioma português e, claramente, dois idiomas cujas bases estruturais são perceptivelmente diferentes (NODA, 1976. p. 9), tornando necessário, para dar início ao estudo, considerar uma efetiva tradução.

Sobre a metodologia ideal para tradução, Oliveira (2017) cita:

O trabalho do tradutor é fundamental para suprir as expectativas do leitor, por isso, ele deve ter total domínio da língua ao interpretar um texto, para que seja possível causar o menor impacto ao texto original a ser lido. Para Zilly (1996, p. 359) o tradutor deve se preocupar em interpretar rigorosa e integralmente o texto de partida, palavra por palavra, vírgula por vírgula, frase por frase, tem que revisar toda metáfora ou alusão, examinar sonoridade e ritmo, tem que entender exatos todos os espaços, relações de tempo, movimento, sentimentos, pensamentos imaginados. (pg. 353)

Esta visão, citada por Oliveira (2017) é a estudada por Neves (2022)<sup>5</sup> enquanto a metodologia de tradução lexical – em que se busca caracterizar, individualmente, cada caractere e atribuir significado a ele – estruturando o estudo do idioma por etapas e facilitando a aquisição e compreensão linguística. Apesar de existirem outras

---

<sup>5</sup> Para a compreensão do que seria a *tradução lexical*, utilizamos como fonte a pesquisa – NEVES, Égon Lucas Alves. **Ensino e aprendizagem do léxico na formação de tradutores de língua japonesa como língua estrangeira.** Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43522/1/2022\\_%c3%89gonLucasAlvesNeves.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43522/1/2022_%c3%89gonLucasAlvesNeves.pdf)> Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

metodologias válidas e defendidas por diferentes autores para a tradução de um texto originado de um sistema ideográfico para um sistema alfabético, por conta da proposta de estudo analítico de legislação em dois idiomas divergentes estruturalmente, optou-se pelo uso desta. Assim, iremos destrinchar o texto original e objetivar a tradução fazendo análise do vocabulário conforme listado<sup>6</sup> e, em justificativa de facilitar a compreensão visual do leitor, dividido o trecho em frases e transcrito os ideogramas usando o sistema alfabético ou *romanji*, com a divisão das partículas entre colchetes simples.

Essa metodologia – de isolamento das partículas – deve-se, novamente, a objetivar a pesquisa e facilitar a identificação das palavras e suas funções no texto, tendo em vista que as partículas servem justamente para marcar a função gramatical de uma palavra, sendo aqui considerada a noção de *partícula* dada por MUKAI<sup>7</sup> (2022):

A língua japonesa é uma das línguas caracterizada como predominantemente aglutinante – tal qual o coreano, mongol, turco, finlandês – que estabelece relações gramaticais por meio de relacionais [*fuzokugo*] como as partículas [*joshi*] e auxiliares verbais [*jodôshi*], diferente de línguas flexivas, por exemplo, o português que as determina através da ordem das palavras e flexões.

Consideramos, por fim, enquanto *frase* toda composição de palavras que sejam separadas por uma pontuação – seja vírgula, ponto final ou ponto e vírgula.

Assim, primeiramente, citamos, enquanto o *artigo nono da constituição japonesa*, a fonte disponibilizada pelo site governamental oficial do Japão. O texto, com respectivos *furigana* descritos em *hiragana* para facilitar a leitura e interpretação<sup>8</sup>, é caracterizado, no idioma vernáculo, a seguir:

---

<sup>6</sup> Para pesquisa dos termos e palavras listados no desenvolvimento desse estudo, foram usadas de referência os termos em pesquisa na base de dados do **Dicionário virtual Jisho** – disponibilizado através do endereço eletrônico: <<https://jisho.org/>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

<sup>7</sup> MUKAI, Yûki. **A interlíngua dos aprendizes brasileiros de língua japonesa como LE, com enfoque no uso das partículas WA e GA.** Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=494137>> Acesso em 10 de dezembro de 2022.

<sup>8</sup> Uma outra metodologia também indicada para melhor compreensão é a utilização, também, de referência o áudio de leitura do trecho, disponibilizado no YouTube como 「日本国憲法」第二章 戦争の放棄《CV：古谷徹》. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YEW1yR1iNjs>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.



だいにしょう せんそう ほうき  
第二章 戦争の放棄

だいきゅうじょう  
第九条

にほんこくみん せいぎ ちつじょ きちよう こくさいへいわ せいじつ ききゅう こっけん  
日本国民は、正義と秩序を基調とする国際平和を誠実に希求し、国権の  
はつどう せんそう ぶりよく いかくまた ぶりよく こうし こくさいふんそう かいけつ  
発動たる戦争と、武力による威嚇又は武力の行使は、国際紛争を解決する  
しゅだん えいぎゅう ほうき  
手段としては、永久にこれを放棄する。

② ぜんこう もくてき たつ りくかいぐん た せんりよく ほ じ くに  
前項の目的を達するため、陸海空軍その他の戦力は、これを保持しない。国  
こうせんけん みと  
の交戦権は、これを認めない。

Trecho 1 昭和二十一年憲法. Disponível em: <<https://elaws.e-gov.go.jp/document?lawid=321CONSTITUTION>>. Acesso em 11 de novembro de 2022.

Por se tratar de uma escrita constitucional, a primeira observação é o uso de uma linguagem neutra<sup>9</sup> marcada pelo uso dos verbos no estilo *jishokei*<sup>10</sup> – possivelmente intencionada para simplificar a interpretação da informação contida no artigo além de dar a abertura de que se aplica a todas as pessoas – indiferente de posição hierárquica.

Para dar prosseguimento à metodologia de análise citada por OLIVIERA (2017), iremos subdividir o texto original<sup>11</sup> em 13 frases, catalogadas conforme abaixo:

<sup>9</sup> Considera-se aqui como *linguagem neutra* enquanto o uso de pronomes, verbos e adjetivos que não denotem um nível hierárquico (como é o costume de se observar no japonês) entre o falante e o ouvinte, que tornaria o discurso válido a todos os grupos sociais.

<sup>10</sup> *Jishokei*, em acordo com o descrito por Clayton MacKnight em **The Comprehensive Guide to the JLPT Level N5 Exam**, seria a forma conjugada pelos verbos em que não teria especificação de formalidade. Para referência, temos a consulta disponível em: <[https://www.google.com.br/books/edition/JLPT\\_Study\\_Guide/7XeSDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=jishokei&pg=PP10&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/JLPT_Study_Guide/7XeSDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=jishokei&pg=PP10&printsec=frontcover)> Acesso em 15 de novembro de 2022.

<sup>11</sup> A expressão *texto original* se refere ao texto escrito do artigo nono da constituição japonesa já previamente citado e referenciado na página 16.

Frase	Frase original do trecho	Frase em escrita <i>romanji</i>
01	だいにしょう せんそう ほうき 第二章 戦争の放棄	<i>dainishou sensou [no] houki</i>
02	だいきゅうじょう 第九條	<i>daikyujyou</i>
03	にほんこくみん 日本国民は、	<i>nihon kokumin [wa],</i>
04	せいぎ と ちつじょ を きちょう と す る 正義 と 秩序 を 基調 と す る こくさいへいわ せいじつ ききゅう 国際平和を誠実に希求し、	<i>seigi [to] chitsujyo [o] kitchou [to] suru kokusai heiwa [o] seijitsu [ni] kikyuu [shi],</i>
05	こっけん はつどう せんそう 国権の発動たる戦争と、	<i>kokken [no] hatsudou taru sensou [to],</i>
06	ぶりよく いかくまた ぶりよく こうし 武力による威嚇又は武力の行使は、	<i>buryoku [ni] yoru ikakumata [wa] buryoku [no] koushi [wa],</i>
07	こくさいふんそう かいけつ しゅだん 国際紛争を解決する手段としては、	<i>kokusai funsou [o] kaiketsu suru shudan [to] shite [wa],</i>
08	えいきゅう 永久にこれを放棄する。	<i>eikyuu [ni] kore [o] houki suru.</i>
09	② ぜんこう もくてき たつ ② 前項の目的を達するため、	<i>② sensou [no] mokuteki [o] tatsu suru tame,</i>
10	りくかいくうぐん た せんりよく 陸海空軍その他の戦力は、	<i>rikukai kougun sono ta [no] senryoku [wa]</i>
11	これをほじ これを保持しない。	<i>kore [o] hoji shinai.</i>

12	くに こうせんけん 国の交戦権は、	<i>kuni [no] kousenken [wa],</i>
13	これを認めない。 これを <small>みと</small> め	<i>kore [o] mitomenai.</i>

Estabelecidos os critérios de análise e tradução, sequencialmente iremos isolar os vocabulários e procurar dar significado a cada uma das frases.

### Estudo frasal

#### Frase 01 – “*dainishou sensou [no] houki*”

A tradução possível para essa frase seria: *segundo capítulo – renúncia à guerra.*

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>dainishou</i>	<i>dai-</i>	CNT	Segundo;
	<i>-ni-</i>	NUM	
	<i>-shou</i>	NOM	Capítulo;
<i>sensou</i>	<i>sen-</i>	NOM	Guerra; Guerrear; Luta;
	<i>-sou</i>	VER	
-	<i>[no]</i>	PAR	Marca uma relação entre os termos <i>sensou</i> e <i>houki</i>
<i>houki</i>	<i>hou-</i>	VER	Renúncia; Abandono; Abdicação;
	<i>-ki</i>	VER	

O trecho se inicia com o título que marca a mudança de tópico (por isso o segundo capítulo, já que o capítulo inicial se tratava da figura do imperador<sup>12</sup>) e em seguida determina a temática a ser abordada nessa parte que seria *sensou no houki* traduzível como *abdicação de guerra* ou *renúncia à guerra* marcando uma relação entre os termos *guerra (sensou)* e *abandono (houki)*.

<sup>12</sup> Por ser um estudo sintetizado, não foi feita a tradução de todos os artigos presentes na constituição japonesa, mas é possível supor essa informação ao observar o título do capítulo anterior - 天皇 (imperador).

Ao avaliar que os *kanji* escolhidos para *houki* são de *libertar* ou *soltar* junto a *abandonar* / *rejeitar*, é presumível que marcaria um sentimento de abandono espontâneo e/ou não forçado. Podemos compreender que não corresponde ao que de fato ocorreu historicamente considerando que, a desistência de manter forças armadas ativas, era uma das exigências demandadas na Declaração de Potsdam<sup>13</sup> ao qual estudaremos mais a frente e que foi a premissa para reformular a constituição japonesa.

### **Frase 02 – “*daikyujoyou*”**

A tradução possível para essa frase seria: *artigo nono*.

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>daikyujoyou</i>	<i>dai-</i>	CNT	Nono;
	<i>-kyu-</i>	NUM	
	<i>-jyou</i>	NOM	Artigo;

A segunda linha desse trecho marca a contagem de artigos presentes no documento oficial sendo que, dando continuidade à linha de transcrição, seria o *dai kyu jyou* ou *artigo nono*. Considerando o texto completo da constituição, esse é um artigo isolado – sendo o ponto de isolamento como a análise de que, ao longo da extensão do capítulo, tem apenas um artigo e não acontece o mesmo, por exemplo, no capítulo primeiro da constituição que tem oito artigos – com a presença apenas de um parágrafo, antes de mudar o tópico novamente e apresentar-se o capítulo terceiro.

### **Frase 03 – “*nihon kokumin [wa]*”**

A tradução possível para essa frase seria: *sobre a nação japonesa [...]*.

<sup>13</sup> A declaração de Potsdam foi um documento oficial emitido pelos governos aliados – representados pela República da China, Grã-Bretanha e Estados Unidos – que delimitava os termos de rendição na Segunda Guerra Mundial.

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>nihon</i>	<i>ni-</i>	NOM	Japão;
	<i>-hon</i>	NOM	
<i>kokumin</i>	<i>ko-</i>	NOM	Cidadãos; Nação; Pessoas de um país;
	<i>-ku-</i>	NOM	
	<i>-min</i>	NOM	
-	<i>[wa]</i>	PAR	Marca a relação entre a frase 03 e 08;

A terceira linha é o início de uma única sentença longa, estendida no total de 3 linhas. O uso de uma sentença longa para escrever o contexto geral objetiva a temática, o que é interessante considerando que a ideia é não deixar margem a dúvidas, mas ao mesmo tempo sintetiza o conteúdo descrito, o que abre margem interpretativa, como se não especificasse todos os possíveis contextos e finalidades para manter um exército ativo e nesse ponto é possível a comparação com o texto legislativo que define a formação do exército brasileiro – a lei Nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980<sup>14</sup> – que possui em sua extensão total aproximadamente 46 folhas somente para seu regimento.

Se tratando em específico da frase 03, esta pode servir para notificar que o conteúdo a ser descrito tem aplicação quanto à *nação japonesa*, sendo interessante o uso de *kokumin* enquanto os *kanji* de *país (koku)* e *pessoas (min)* e a presença da partícula de marcação de tópico *wa*.

**Frase 04 – “*seigi [to] chitsujyo [o] kitchou [to] suru kokusai heiwa [o] seijitsu [ni] kikyuu [shi]*”**

A tradução possível para essa frase seria: *Aspirando sinceramente manter a paz internacional e dar base à ordem e justiça [...]*.

<sup>14</sup> A intenção desta parte é ilustrar que o texto constitucional do Japão é pequeno para delimitar informações sobre exército e por isso usamos a referência da **LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980** que seria o nosso referencial nacional de um trecho aprofundado sobre as delimitações de uma força militar – sendo essa a lei que estabelece as obrigações e deveres do exército brasileiro. Para consulta, segue o texto disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16880.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm)> Acesso em 19 de novembro de 2022.

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>seigi</i>	<i>sei-</i>	NOM	Justiça;
	<i>-gi</i>	NOM	
-	<i>[to]</i>	PAR	Marca uma relação entre os termos <i>seigi</i> e <i>chitsujyo</i>
<i>chitsujyo</i>	<i>chi-</i>	NOM	Ordem; Disciplina;
	<i>-tsu-</i>	NOM	
	<i>-jyo</i>	NOM	
-	<i>[o]</i>	PAR	Marca que <i>seigi</i> e <i>chitsujyo</i> são objetos diretos do verbo ' <i>kitchou suru</i> '
<i>kitchou</i>	<i>ki-</i>	NOM	Base; Tom; Tom básico;
	<i>-tchou</i>	NOM	
-	<i>[to]</i>	PAR	Marca uma relação <i>kitchou</i> com <i>suru</i> , faz o primeiro se tornar uma ação
<i>suru</i>	<i>su-</i>	VER	Fazer;
	<i>-ru</i>	JKE	
<i>kokusai</i>	<i>ko-</i>	NOM	Diplomacia internacional;
	<i>-ku-</i>	NOM	
	<i>-sai</i>	NOM	
<i>heiwa</i>	<i>hei-</i>	NOM	Paz;
	<i>-wa</i>	NOM	
-	<i>[o]</i>	PAR	Marca que <i>kokusai heiwa</i> são objetivos diretos do verbo <i>houki suru</i> (verbo presente na frase 08)
<i>seijitsu</i>	<i>sei-</i>	NOM	Sincero; Honesto;
	<i>-ji-</i>	NOM	

	<i>-tsu</i>	NOM	
-	<i>[ni]</i>	PAR	Marca que <i>seijitsu</i> é um advérbio de modo do verbo <i>houki suru</i> (verbo presente na frase 08)
<i>kikyuu</i>	<i>ki-</i>	NOM	Anseio; Aspiração;
	<i>-kyuu</i>	NOM	
-	<i>[shi]</i>	PAR	Marca que <i>kikyuu</i> é um advérbio de adição do verbo <i>houki suru</i> (verbo presente na frase 08), e ainda complementa a noção de continuidade junto à sentença ' <i>kokken [no] hatsudou taru sensou [to]</i> ' que o sucede

Ao analisar a frase 04 citamos, novamente, a mudança de narrativa – desta vez para justificar a aplicação nacional de tal regime mesmo que, sendo possível historicamente, a tomada dessa medida (de aspirar manter uma paz internacional) não foi voluntária. É interessante perceber que, devido ao caráter aglutinante da língua japonesa, a compreensão das frases é comprometida a dar retornos (vide aqui o exemplo que os advérbios têm, na verdade, relação com o verbo presente apenas na frase 08) para compreensão dos termos dentro de uma única sentença.

#### **Frase 05 – “*kokken [no] hatsudou taru sensou [to]*”**

A tradução possível para essa frase seria: *a capacidade de invocar a guerra por soberania de estado [...]*;

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>kokken</i>	<i>kok-</i>	NOM	Soberania de Estado;
	<i>-ken</i>	NOM	
-	<i>[no]</i>	PAR	Marca uma relação entre os termos <i>kokken</i> e <i>hatsudou</i>
<i>hatsudou</i>	<i>ha-</i>	NOM	Invocar;
	<i>-tsu-</i>	NOM	

	<i>-dou</i>	VER	
<i>taru</i>	<i>ta-</i>	VAX	
	<i>-ru</i>		
<i>sensou</i>	<i>sen-</i>	NOM	Guerra; Guerrear; Luta;
	<i>-sou</i>	VER	
-	<i>[to]</i>	PAR	Marca <i>sensou</i> enquanto objeto direto de <i>hatsudou taru</i>

Primeiramente averiguamos a configuração de *soberania de estado* marcada pelo uso dos *kanji* de *país* e *poder*, seguido pela configuração do verbo *hatsudou taru* em que *hatsudou* é um substantivo que remete ao sentimento de *invocar* mas precisa do uso de *taru* enquanto verbo auxiliar para dar a capacidade de *invocar* e transformar-se, propriamente, em uma ação.

#### **Frase 06 – “*buryoku [ni] yoru ikakumata [wa] buryoku [no] koushi [wa]*”**

A tradução possível para essa frase seria: *sobre o uso de força militar e a audácia de novamente usar força militar [...];*

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
buryoku	bu-	NOM	Força militar; Poder militar;
	-ryoku	NOM	
-	[ni]	PAR	Marca o modo <i>yoru</i> de execução de <i>buryoku</i> ;
yoru	yo-	VAX	Ter coragem de; Ser estúpido o suficiente para; Ter a audácia de; <sup>15</sup>
	-ru		
ikaku	ika-	NOM	Ameaça; Intimidação; Colocar em perigo; Atacar;
	-ku	NOM	
mata	mata	ADV	Novamente; De novo; Outra vez;

<sup>15</sup> Uma outra tradução possível para o termo é o de “depende; pela; pela força”; Para fins de argumentação das diferenças semânticas entre as versões dos diferentes idiomas, iremos utilizar o significado relatado de “ter coragem de; ser estúpido o suficiente para; ter a audácia de;”.



-	[wa]	PAR	Marca o comentário de <i>ikaku mata</i> ter o uso de <i>buryoku</i>
-	[no]	PAR	Marca a relação de <i>buryoku</i> com <i>koushi</i>
<i>koushi</i>	<i>kou-</i>	NOM	Usar; Exercitar (um direito, autoridade, poder etc.);
	<i>-shi</i>	NOM	
-	[wa]	PART	Marca a relação entre a frase 06 e 08;

Essa frase estabelece o tópico de uso da força militar, deixando bem claro a escolha da palavra *buryoku* enquanto força militar, formada pelos kanji de *militar (bu)* e *força (ryoku)*.

Também é pertinente o uso de *yoru* enquanto verbo auxiliar que demanda um sentido de *audácia*, como se houvesse um sentimento de vergonha, ao ter utilizado no passado, dos instrumentos de guerra.

#### **Frase 07 – “*kokusai funsou [o] kaiketsu suru shudan [to] shite [wa]*”**

A tradução possível para essa frase seria: *sobre a resolução de conflitos internacionais [...]*;

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>kokusai</i>	<i>oku-</i>	NOM	Diplomacia Internacional;
	<i>-sai</i>	NOM	
<i>funsou</i>	<i>fun-</i>	NOM	Disputa; Conflito
	<i>-sou</i>	NOM	
-	[o]	PAR	Marca que <i>kokusai funsou</i> é objeto direto de <i>kaiketsu suru</i> ;
<i>kaiketsu</i>	<i>kai-</i>	NOM	Acordar; Solucionar; Resolver;
	<i>-ketsu</i>	NOM	
<i>suru</i>	<i>su-</i>	VER	Fazer;
	<i>-ru</i>	JKE	

<i>shudan</i>	<i>shu-</i>	NOM	Meio; Jeito; Maneira; Medida;
	<i>-dan</i>	NOM	
-	<i>[to]</i>	PAR	Marca a execução <i>shite</i> por meio de <i>shudan</i> ;
<i>shite</i>	<i>shi-</i>	VER	Fazer (conjugado no presente afirmativo informal);
	<i>-te</i>	PAI	
-	<i>[wa]</i>	PAR	Marca a relação entre a frase 07 e 08

Para poder compreender essa frase é necessária a junção à sentença anterior, de forma que o sentido completo ficaria: *quanto ao uso de força militar e a audácia de novamente usar de força militar para a resolução de conflitos internacionais*, demarcando que o caráter de língua aglutinante demanda, ainda, a interpretação da frase seguinte para a compreensão total.

#### **Frase 08 – “*eikyuu [ni] kore [o] houki suru.*”**

A tradução possível para essa frase seria: *pela eternidade, renuncia a isto.*

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>eikyuu</i>	<i>ei-</i>	NOM	Eternidade;
	<i>-kyuu</i>	NOM	
-	<i>[ni]</i>	PAR	Marca o modo que <i>kore</i> irá ser por <i>eikyuu</i> ;
<i>kore</i>	<i>kore</i>	ADN	Isto; É uma referência às ações anteriormente citadas;
-	<i>[o]</i>	PAR	Marca <i>kore</i> enquanto objeto direto da ação <i>houki suru</i> ;
<i>houki</i>	<i>hou-</i>	NOM	Renunciar; Abdicar;
	<i>-ki</i>	NOM	

<i>suru</i>	<i>su-</i>	VER	Fazer;
	<i>-ru</i>	JKE	

Esta é a frase que finaliza por completo o sentido da renúncia japonesa à guerra. O uso de *kore* serve para referenciar às ações anteriormente citadas, sendo estas – o uso de força militar para resolução de conflitos internacionais (frases 06 e 07) e a capacidade de invocar guerra do estado (frase 05). Observa-se que, em síntese, esta frase expressa exatamente que a nação japonesa (frase 03) não pode declarar guerra ou usar de força militar para resolver possíveis atritos com outras nações, mas não correlaciona diretamente a noção de usar da força militar para defender sua própria nação e/ou aliados. Antes de um comentário de síntese final do estudo, iremos dar continuidade com a análise dos termos presentes no parágrafo do mesmo artigo.

#### **Frase 09 – “*sensou [no] mokuteki [o] tatsu suru tame*”**

A tradução possível para essa frase seria: *para atingir tal objetivo de guerra [...]*;

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>sensou</i>	<i>sen-</i>	NOM	Guerra; Guerrear; Lutar;
	<i>-sou</i>	NOM	
-	<i>[no]</i>	PAR	Marca a ligação entre <i>sensou</i> e <i>mokuteki</i>
<i>mokuteki</i>	<i>moku-</i>	NOM	Objetivo; Propósito;
	<i>-teki</i>	NOM	
-	<i>[o]</i>	PAR	Marca que <i>sensou no mokuteki</i> é objeto direto da ação <i>tatsu suru</i> ;
<i>tatsu</i>	<i>tatsu</i>	VER	Alcançar; Atingir;
<i>suru</i>	<i>su-</i>	VER	Fazer;

	<i>-ru</i>	JKE	
<i>tame</i>	<i>tame</i>	ADV	Para tal; Por bem; Por fim; Por consequente;

Essa frase objetiva as ações que serão dadas sequência para atingir o objetivo anteriormente citado ao longo do artigo e por isso a presença de *tame* enquanto advérbio de modo.

#### **Frase 10 – “*rikukai kougun sono ta [no] senryoku [wa]*”**

A tradução possível para essa frase seria: *sobre as forças militares como terrestres, aéreas, marítimas e outras [...]*.

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>rikukaikougun</i>	<i>riku-</i>	NOM	Forças terrestres, aéreas e marítimas;
	<i>-kai</i>	NOM	
	<i>kou-</i>	NOM	
	<i>-gun</i>	NOM	
<i>sono</i>	<i>sono</i>	ADN	Esse (a); Esses (as);
<i>ta</i>	<i>ta</i>	ADN	Outro (a); Outros (as);
-	<i>[no]</i>	PART	Marca a relação entre <i>senryoku</i> e <i>sono ta</i> ;
<i>senryoku</i>	<i>sen-</i>	NOM	Potencial de guerra; Força militar;
	<i>-ryouku</i>	NOM	
-	<i>[wa]</i>	PAR	Marca a relação entre a frase 10 e a frase 11;

Essa é uma frase chave para compreensão do que a nação japonesa estabelece como forças militares – sendo aqui citadas as forças terrestres, aéreas e marítimas mas deixando ainda a potencialidade de demais outras que viessem a

surgir (como forças de espionagem, talvez) – e a necessidade que o Japão, enquanto Estado, teve de renomear os seus guerreiros. Hoje sabemos que de fato o Japão possui uma força militar responsável pela defesa de seu território, mas são nomeados como *jieitai* (自衛隊) ao invés de *kougun* (皇軍).

#### **Frase 11 – “*kore [o] hoji shinai.*”**

A tradução possível para essa frase seria: *não irá conservar.*

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>kore</i>	<i>kore</i>	ADN	Isto; É uma referência à manutenção das forças militares citadas anteriormente;
-	<i>[o]</i>	PAR	Marca <i>kore</i> enquanto objeto direto da ação <i>hoji shinai</i> ;
<i>hoji</i>	<i>ho-</i>	NOM	Conservar; Preservar; Manter;
	<i>-ji</i>	NOM	
<i>shinai</i>	<i>shi-</i>	VER	Não fazer (conjugado no presente negativo informal);
	<i>-nai</i>	PNI	

Nesta sentença o enfoque vem para o uso de *hoji shinai* enquanto uma ação declarada no presente negativo e ainda com o uso dos kanji de *sustentar* (*ho*) e *manter* (*ji*). É como uma declaração que ao longo do tempo em que este artigo estiver validado não será *mantido* ou *sustentado* forças militares. Essa interpretação será abordada ao decorrer deste documento, em detalhes na seção de estudo interpretativo.

#### **Frase 12 – “*kuni [no] kousenken [wa]*”**

A tradução possível para essa frase seria: *sobre o direito à beligerância do país [...].*

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>kuni</i>	<i>kuni</i>	NOM	País; Nação;
-	<i>[no]</i>	PAR	Marca a relação entre <i>kousenken</i> e <i>kuni</i> ;
<i>kousenken</i>	<i>kou-</i>	NOM	Direto à beligerância <sup>16</sup> ;
	<i>-sen-</i>	NOM	
	<i>-ken</i>	NOM	
-	<i>[wa]</i>	PAR	Marca a relação entre a frase 12 e a frase 13

Esta sentença é uma ligação com a ação seguinte presente na frase 13, mas o destaque é o uso da palavra *kousenken* que é a palavra beligerância como se explicasse o conceito de *atacar* por força de Estado.

#### **Frase 13 – “*kore [o] mitomenai.*”**

A tradução possível para essa frase seria: *(isto) não reconhece.*

Estrutura por ideogramas			
Referencial	Ideograma	Função	Significado
<i>kore</i>	<i>kore</i>	ADN	Isto; É uma referência a frase 12;
-	<i>[o]</i>	PAR	Marca <i>kore</i> enquanto objeto direto do verbo <i>mitomenai</i> ;
<i>mitomenai</i>	<i>mito-</i>	VER	Não reconhecer (conjugado no presente negativo informal);
	<i>-menai</i>	PNI	

<sup>16</sup> Interpreta-se neste estudo *beligerância* enquanto *causar uma guerra* em referência a fonte de significados similares disponibilizada no site <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/beligerante>> Acesso em 18 de novembro de 2022.

Por fim, o artigo finaliza com a negativa de *reconhecer* (*mitome*), no sentido de não considerar válido ou utilizável. Não existe um banimento da ação de beligerância mas sim uma abdicação à finalidade de manter a paz (frase 04) citada no começo do trecho.

### Síntese final

A síntese final para o estudo do artigo, enquanto texto advindo do idioma japonês, é que, a uma primeira vista, o mesmo tenderia a apresentar uma desistência do Japão quanto à manutenção de todas as suas forças militares; enquanto à uma segunda vista, seria específico a desistência de manter tais forças quando o caráter delas for de ofensivas.

Não é um banimento ou completa inutilização do poderio militar, mas existe a justificativa de enquanto mantenedor da paz se tornam necessárias as ações de desconsiderar o direito de beligerância da nação e da manutenção de um exército como reconhecido por outras nações – tanto que, em dicionários convencionais atuais, existe a presença do termo *jieitai* enquanto força de autodefesa oficial, o propósito defensivo deste seria pela formação da palavra pelos kanjis de *próprio* (*ji*), *defesa* (*ei*) e *esquadrão* (*tai*) e a ressignificação do termo *kougun* enquanto *exército imperial*.

O segundo ponto a analisar é a atual aplicabilidade – quanto a este trecho constitucional, MARTIN (2017) afirma que “[...] a Constituição Japonesa nunca foi alterada desde seus quase setenta anos de existência” (MARTIN, 2017. p. 475) e reflete justamente sobre a chamada emenda informal que seria a ação de ressignificação tão constante no legislativo japonês. O estudo aprofundado sobre a prática realística do texto constitucional será abordado ao efetuar o estudo interpretativo, mas a terceira característica particular deste artigo para a compreensão de sua escrita legislativa é sua ambiguidade presente na conjugação verbal japonesa que comentaremos a seguir.

FUKASAWA (1979) informa que “[...] na verdade existe em Língua Japonesa é o “passado” (*kakotai*) e o “não-passado” (*hikakotai*)<sup>17</sup> e que não temos formas linguísticas explícitas que expressem o futuro e o presente.” (FUKASAWA, 1979. p. 46) e, geralmente, o que auxilia a compreensão de uma ação verbal no japonês é o

---

<sup>17</sup> Existe uma outra possibilidade de leitura para ambos os termos referentes ao “passado” e “não-passado”, sendo eles *kakokei* e *hikakokei*, respectivamente.

conceito de aspecto definido por FUKASAWA (1979) como “[...] uma realidade gramatical gerada pelo reconhecimento que o falante de uma língua faz com relação a um processo de mudança de um movimento ou o resultado dessa mudança” (FUKASAWA, 1979. p. 43).

Os três verbos presentes no texto constitucional são *renúncia* (*houki suru*), *não fazer* (*shinai*), e *não reconhecer* (*mitomenai*). O tempo, em acordo com o definido por FUKASAWA (1979), seria *não passado* (*hikakotai*) enquanto o aspecto seria *contínuo* (*keizokutai*). A análise de semântica dos mesmos aponta para a dificuldade para tornar invalidada as ações de *não possuir e/ou conservar força militar* (Constituição Japonesa, frase 11) e de *não reconhecer o direito de beligerância* (Constituição Japonesa, frase 13) uma vez que não é determinado um tempo específico para tal ação (como é caracterizado nas línguas latinas como o português e inglês que marcam os tempos separadamente em passado, presente e futuro) e desta forma dando a margem para alteração indireta do significado, tanto na atualidade como em anos seguintes. Desta forma é possível interpretar, por meio da análise dos verbos presentes no artigo, que podem ser explorados pelo próprio governo japonês para a manutenção de forças de característica militar e um orçamento próprio para tal.

Por fim, ao estudar sobre a promulgação do texto constitucional, sobre o caráter de comparação linguística dos dois lados (os idiomas inglês e japonês), INOUE (1999) afirma<sup>18</sup> sobre os estadunidenses:

Ao centro do meu estudo está a problemática das diferenças linguísticas e culturais. Os principais negociadores do lado americano não sabiam japonês e estavam quase que totalmente dependentes dos interpretes e tradutores usados por ambos os lados. Com pouco conhecimento da história e cultura japonesa, eles estavam decisivamente deficientes em se agarrar a natureza precisa dos debates e discussões no lado japonês. (INOUE, 1999. p. 4-5)

Já quanto aos japoneses, a autora informa<sup>19</sup>:

---

<sup>18</sup> Texto original: *At the core of my study is the issue of linguistic and cultural difference. The principal negotiators on the American side did not know Japanese and were almost totally dependent on the interpreters and translators used by both sides. With little knowledge of Japanese history and culture, they were decisively handicapped in grasping the precise nature of the debates and discussions on the Japanese side.* (INOUE, 1999. p. 4-5)

<sup>19</sup> Texto original: *The Japanese participants had all studied English in prewar days and had at least a limited working competency. Some also had extensive knowledge of American and European history and the corresponding legal traditions, and a few could draw on diplomatic experiences as well. Nevertheless, they, too, were often in the dark, because they did not have first-hand experience with Americans and American culture, and they did not understand the American idea of individualism. Like the Americans, they were unaware of their lack of understanding.* (INOUE, 1999. p. 5)



Os participantes japoneses todos tinham estudado inglês nos dias pré-guerra e tinham ao menos uma competência mínima de trabalho. Alguns também tinham extensivo conhecimento de história americana e europeia e as correspondentes tradições legais, e alguns poucos conseguiam rascunhar experiências diplomáticas também. Mesmo assim, eles, também, estavam frequentemente enublados porque eles não tiveram experiência em primeira mão com americanos e cultura americana, e eles não entendiam a ideia de individualismo. Como os americanos, eles estavam inconscientes da sua falta de conhecimento. (INOUE, 1999. p. 5)

A autora, inclusive, incumbe que essa dificuldade comunicativa foi positiva em uma análise histórica, por ter favorecido as negociações entre ambos os lados. Dado o levantamento feito por INOUE (1999), seguiremos a uma comparação com a versão oficial do artigo disponibilizada nos idiomas inglês (a que foi simultaneamente escrita com o japonês) e português brasileiro, para averiguar se de fato houve uma correlação efetiva entre os termos presentes no idioma vernáculo (japonês) em comparação aos idiomas secundário (inglês) e terciário (português).

### Comparativo de versões

#### Comparativo ao inglês

##### Chapter II. Renunciation of War

##### ARTICLE 9.

Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means of settling international disputes.

②In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized.

Trecho 2 INOUE, Kyoko. **The constitution of Japan**. In MacArthur's Japanese Constitution. The University of Chicago Press. 1991. 378 p.

Ao fazer a comparação entre a versão para o inglês fornecida por INOUE (1991) – e ainda válida oficialmente pelo governo japonês<sup>20</sup> – e o atual trecho constitucional validado pelo mesmo governo no idioma vernáculo é relevante citar que houve um

<sup>20</sup> É possível confirmar a veracidade dessa informação por meio da consulta do trecho oficial de tradução disponibilizado pelo site governamental do primeiro ministro do Japão – **The Constitution of Japan**, disponível em: <[https://japan.kantei.go.jp/constitution\\_and\\_government\\_of\\_japan/constitution\\_e.html](https://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html)>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

refrasear das sentenças de forma a possibilitar a compreensão do idioma original – e sobre essa prática de tradução, OLIVEIRA (2017) informa:

A tradução é uma atividade que apresenta grandes desafios para o profissional da área, pois não é somente transportar palavras de uma língua para outra, mas uma busca de métodos que possibilitem uma organização no texto, tendo em vista que as palavras podem apresentar significados diferentes em uma determinada língua, sendo que se não houver uma organização por parte do tradutor, o texto perde o sentido ao qual foi escrito. (OLIVEIRA, 2017. p. 352)

INOUE (1991) nos informa que foi intencional a ambiguidade presente em ambas as versões do texto constitucional e promulgadas em 1946. Mesmo tendo em mente as particularidades de ambos os idiomas – como a exemplo da própria organização das frases, que no japonês a tendência é o verbo se encontrar ao final das frases enquanto no inglês o verbo se posiciona no meio – algumas expressões são claramente divergentes em sua ênfase semântica e detalharemos abaixo.

A primeira divergência semântica vem na observação das frases, do inglês, “[...] *the Japanese people forever renounce war as sovereign right of the nation and threath or use of force as means of settling international disputes*” e do japonês “[...] *buryoku ni yoru ikakumata wa buryoku no koushi wa kokusai funsou o kaiketsu suru shudan to shite wa eikyuu ni kore o houki suru*” em que observamos que foi considerada equivalência atrelada a *force* e *buryoku*, assim como a presença da palavra *yoru*<sup>21</sup>, um verbo auxiliar que não teve correlação na tradução ao inglês. Para compreender o caso de *force* e *buryoku* citamos a definição de *force* fornecida pelo dicionário de Cambridge<sup>22</sup>:

**force – noun (GROUP)**

a group of people organized and trained, especially for a particular purpose;  
the security forces  
the work force

EX: He joined the police force right after graduating.

**the forces [plural] mainly UK**

the military organizations for air, land, and sea;

<sup>21</sup> É importante ressaltar, novamente, que existe ainda a possibilidade de o significado dessa palavra ser “depende; pela; pela força” e que no caso estamos considerando apenas a pesquisa do termo disponível no dicionário e citado abaixo.

<sup>22</sup> Consulta do termo **Force**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/force>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

E então comparamos ao significado de *buryoku* fornecido pelo dicionário virtual Jisho<sup>23</sup>:

ぶ り ょ く

Noun

armed might; military power; the sword; force

A diferença pertinente entre ambos é que o uso de *force* em inglês tem um sentido amplo para qualquer grupo de pessoas treinadas com um objetivo, podendo ser forças militares, forças de trabalho assim como grupos policiais, enquanto ao japonês *buryoku* se refere em específico ao termo *forças militares* advindo dos *kanji* de *militar (bu)* e *força (ryoku)*, e por isso, no inglês se abre margem para o uso de outros tipos de grupos organizacionais de defesa.

Quanto ao uso de *yoru*, também se torna pertinente observar o que nos é informado pelo dicionário virtual Jisho<sup>24</sup>:

よ る

Auxiliary verb, Godan verb with ru ending

to have the nerve to; to be bastard enough to;

Derogatory, Kansai dialect, after the -masu stem of a verb; indicates contempt or disdain

Desta forma, a presença de *yoru* enquanto verbo auxiliar marca a presença de um sentido semântico de contenção ou vergonha ao ter usado no passado de forças militares. Na tradução para o inglês, o uso desse auxiliar verbal é desconsiderado para o efeito de significação.

A segunda divergência semântica vem da diferença do inglês “[...] *war potential, will never be maintained*” enquanto ao japonês temos a sentença “[...] *kore o hoji shinai.*” A presença do advérbio *never* não é citada no trecho original em japonês e não há correlação de termo ao longo da sentença, uma vez que o Japão não abdica por completo do seu poderio militar.

---

<sup>23</sup> Consulta do termo **buryoku**. Disponível em: <<https://jisho.org/search/buryoku>>. Acesso: em 15 de janeiro de 2023

<sup>24</sup> Consulta do termo **yoru**. Disponível em: <<https://jisho.org/search/yoru>>. Acesso: em 15 de janeiro de 2023

Assim sendo, considerando o observado por INOUE (1991) e a comparação entre os dois textos, observa-se que existe uma intenção de limitar o poderio militar do Japão por parte da tradução do inglês que, comparativamente, seria mais restritiva enquanto no original japonês existe realmente um direcionamento para deixar aberta a possibilidade de poder defensivo. Para dar prosseguimento ao estudo, analisaremos agora a tradução oficial disponibilizada pela embaixada japonesa no Brasil, em português.

## Comparativo ao português

### Capítulo II. Renúncia a Guerra

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais.

Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido.

*Trecho 3 A Constituição do Japão.* Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

É interessante observar que a leitura advinda da embaixada do Japão no Brasil segue fielmente uma tradução do trecho em inglês do que uma adaptação direta aos ideogramas e texto em japonês. Seria possível questionar se, nesse caso, enquanto órgão representante do relacionamento entre as duas nações, o uso de uma versão traduzida em uma segunda língua (inglês) não comprometeria o conteúdo e idioma original (japonês) que se busca representar. As mesmas divergências citadas no texto em inglês são observadas no português, como o uso das palavras *força* (em sentido amplo) e o uso do advérbio *jamais*.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Outro ponto que podemos considerar, com a ressalva da necessidade de maiores aprofundamentos e estudos comprobatórios, é que ambas as versões oficiais – inglês e português – são comparativamente, em número de palavras<sup>25</sup>, menores do que o idioma japonês, uma realidade que não condiz com a tendência natural; a presença de ideogramas economiza espaço de escrita, enquanto o sistema alfabético tende a demandar mais signos; além de que é característico no uso dos sistemas de escrita de origem latina (português) e anglo-saxônica (inglês) signos gramáticos específicos como os artigos e conjunções, que ocupam mais espaço nas frases, enquanto no sistema japonês essa particularidade de ligação gramatical advém das partículas (apenas um conjunto sintático) e portanto,

Portanto, feitas as análises de comparação de versões em outros idiomas oficiais, torna-se relevante entender o que aconteceu durante o período de promulgação do texto constitucional que justificariam a nota feita sobre as divergências e seu impacto na percepção prática do funcionamento do artigo nono.

## 2. Estudo histórico

---

Cardoso (2019) nos situa no contexto geopolítico que antecede à promulgação da nova constituição, sendo este o período histórico conhecido como a Segunda Guerra Mundial. Para compreender melhor a situação do Japão antes da guerra é necessário citar que o país passou por uma rápida modernização, adaptando conceitos econômicos e sociais do imperialismo europeu durante a restauração Meiji, após passar mais de 200 anos com os portos fechados no que era reconhecido como o período do xogunato Tokugawa. A rápida revolução industrial ocorrida no território japonês é, até os dias atuais, objeto de pesquisa por parte de acadêmicos para compreensão de como foi o desempenho japonês, especialmente as vitórias no início do conflito, durante a segunda guerra mundial. Em comparação com demais países da região da Ásia Ocidental, o rápido crescimento japonês motivou a investida em conquista territorial, pelo que Cardoso (2019) estuda como noção expansionista defendida na corrente filosófica do Realismo clássico. Inicialmente, o desempenho militar japonês foi muito bem sucedido, com a ocupação de territórios importantes como a Coreia, a China e diversas ilhas ao longo do pacífico. O que Cardoso (2019) aponta como a reviravolta no contexto de guerra foi:

Em dezembro de 1941, o Japão realizou um ataque a Pearl Harbour nos EUA, pensando que se causassem um dano sério, levariam os americanos a evitar uma guerra prolongada e buscar uma negociação que poderia ser favorável ao Japão. A Guerra do Pacífico iniciou-se com o ataque, após o ultimato que foi dado ao Japão pelo Secretário de Estado norte-americano Cordell Hull em novembro deste mesmo ano, para que abandonasse sua política expansionista e desocupasse os territórios que ocupou desde a era Meiji. A Guerra colocaria um fim na expansão militarista do Japão e resultaria na ocupação do País pelos ocidentais. (CARDOSO, 2019. p. 46)

---

não deveria simbolizar um aumento de palavras por sentença. Por meio da contagem utilizada no *software* de escrita *Word*, percebe-se que a contagem de palavras são, respectivamente, 82 na versão em português (com 417 caracteres); 81 na versão em inglês (com 397 caracteres); e 89 na versão em japonês (com 143 caracteres);

A constituição japonesa foi oficialmente promulgada em 03 de novembro de 1946, de acordo com o site oficial do primeiro-ministro do Japão<sup>26</sup>. A essa data, o Japão se encontrava entre o período histórico que, no ocidente, reconhecemos como o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, em que o território esteve ocupado pelas forças estadunidenses. Analisaremos esse período histórico para compreender o motivo da promulgação do artigo nono.

### Momento prévio à ocupação do território

A declaração rendição japonesa, como assim é o título dado ao documento, foi a mais tardia da segunda guerra mundial – assinada em 14 de agosto de 1945 e promulgada com base na Declaração de Potsdam<sup>27</sup>. Enquanto a tríplice Entente ocidental formada por Alemanha – que se rendeu em 07 de maio de 1945<sup>28</sup> – e Itália – que foi ainda antes, em 08 de setembro de 1943<sup>29</sup> – vieram a declarar sua derrota com a invasão prévia de seus territórios, a nação japonesa é um arquipélago e, durante o período da guerra, CARDOSO (2019) nos informa que não foi, geograficamente falando, propriamente invadida – não tiveram tropas estrangeiras adentrando seu território no momento prévio ao envio das bombas atômicas estadunidenses.

Após a explosão das bombas atômicas<sup>30</sup> em Hiroshima – em 06 de agosto de 1945 – e Nagasaki – em 09 de agosto do mesmo ano – sucedeu à assinatura da

---

<sup>26</sup> É possível confirmar a veracidade dessa informação por meio da consulta do trecho oficial de tradução disponibilizado pelo site governamental do primeiro ministro do Japão – **The Constitution of Japan**, disponível em: <[https://japan.kantei.go.jp/constitution\\_and\\_government\\_of\\_japan/constitution\\_e.html](https://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html)>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

<sup>27</sup> Essa declaração delimitava os termos de rendição na Segunda Guerra Mundial por parte do Japão e assinada em 26 de Julho de 1945 na cidade alemã de Potsdam. Está disponível para consulta na íntegra, em inglês, através do link – **Potsdam Declaration**. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

<sup>28</sup> É possível considerar essa data, de acordo com a matéria publicada na *rádio câmara* pela câmara legislativa brasileira – **Há 70 anos, a Alemanha se rendeu na Segunda Guerra Mundial**. Disponível: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/457819-ha-70-anos-a-alemanha-se-rendeu-na-segunda-guerra-mundial/>>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

<sup>29</sup> É possível considerar essa data, de acordo com a matéria publicada pela câmara legislativa brasileira – **A rendição da Itália aos países aliados**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/457819-ha-70-anos-a-alemanha-se-rendeu-na-segunda-guerra-mundial/>> Acesso em: 16 de novembro de 2022.

<sup>30</sup> Consideramos como datas informadas para as explosões das bombas atômicas, a matéria: SERRANO, Carlos. **Hiroshima e Nagasaki: como foi o ‘inferno’ no qual morreram milhares por causa das bombas atômicas**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idth-a05a8804-1912-4654-ae8a-27a56f1c2b8a>> Acesso em: 16 de novembro de 2022.

Declaração de Potsdam que o país teve seu território ocupado pelas forças estadunidenses. BENEDICT<sup>31</sup> (1997) nos aponta que, a diferença de postura das tropas japonesas em comparação às tropas ocidentais era a principal indagação do governo dos EUA, enquanto INOUE (1991) nos informa que a visão dos países aliados associava a causa para a investida japonesa na guerra ao seu modelo governamental representado na figura absolutista do Imperador e, por esse motivo, solicitavam a dissolução dessa estrutura de Estado além da completa desmilitarização dele.

A declaração de rendição do Japão foi a, hoje conhecida como, Declaração de Potsdam<sup>32</sup> e assinada em 26 de Julho de 1945. Ela determinava exatamente quais seriam os passos a serem seguidos pela nação para ser acatada sua rendição e o estudo dela serve para compreender que o governo japonês foi, indiretamente, obrigado a acatar as determinações dos países vitoriosos a fim de obter a paz. Cita-se “5. Seguem nossos termos. Não vamos nos desviar destes. Não há alternativas. Não toleraremos atrasos.”<sup>33</sup> (Declaração de Potsdam, 1945)

É possível questionar ainda, com embasamento nos trechos da declaração, quais valores seriam aplicáveis ao contexto de democracia e governo. INOUE (1991) cita que MacArthur acreditava que o viés estadunidenses era o modelo a ser seguido para a visão idealista de governo bem-sucedido mas, mesmo sem especificar qual modelo de governo o Japão deveria seguir, as medidas a serem tomadas em caso de recusa eram claras. Desta forma, é possível também citar do texto da declaração de Potsdam:

13. Nós clamamos aqui ao governo do Japão para proclamar agora a rendição incondicional de todas as forças japonesas armadas e para providenciar garantias apropriadas e adequadas de boa fé em tal ação. A alternativa para o Japão é a destruição imediata e total<sup>34</sup> (Declaração de Potsdam, 1945)

---

<sup>31</sup> Aqui utilizamos uma síntese do considerado na introdução do capítulo *A espada e o crisântemo* da autora *Ruth Benedict*, cuja fonte seria: BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada – Padrões da Cultura Japonesa**. 2ª edição, 1997. Editora Perspectiva S.A. 277 páginas.

<sup>32</sup> Consideramos como fonte de avaliação do texto da declaração, o texto disponibilizado pelo site da Dieta Nacional Japonesa – **Potsdam Declaration**. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

<sup>33</sup> Trecho original: “*Following are our terms. We will not deviate from them. There are no alternatives. We shall brook no delay.*” (Potsdam Declaration, 1945)

<sup>34</sup> Trecho original: “*We call upon the government of Japan to proclaim now the unconditional surrender of all Japanese armed forces, and to provide proper and adequate assurances of their good faith in such action. The alternative for Japan is prompt and utter destruction.*” (Potsdam Declaration, 1945).

Desta forma foi assinada a declaração e deu-se prosseguimento à ocupação do território nacional do Japão pelos aliados. Alguns historiadores consideram que o dia 03 de novembro de 1946 (da assinatura da declaração de Potsdam) marcaria oficialmente o final da Segunda Guerra Mundial por conta de o Japão ter sido o último país, do grupo reconhecido como pertencente ao Eixo, a oficialmente assinar uma declaração nesse sentido.

### **Ocupação pelos estadunidenses**

CARDOSO (2019) nos informa que logo após a assinatura desta declaração, ainda em 1945, o território japonês foi ocupado pelos aliados. Cita-se:

A ocupação iniciou-se no ano de 1945. Como o Japão foi derrotado por um conjunto de países, os aliados, a ocupação deveria ser executada por todos (WATANABE, 2012). [...] Reformas constitucional, política e econômica ocorreram durante os sete anos pelos quais o arquipélago japonês foi ocupado. (CARDOSO, 2019. p. 51)

Originalmente, a intenção era que os aliados dividissem a ocupação do território japonês, mas na prática havia um conflito de interesses por parte das nações envolvidas no conflito, ainda em início, da Guerra Fria. Sobre a divergência de interesses, CARDOSO (2019) informa:

Todavia, a disputa por influência sobre o arquipélago japonês entre a União Soviética e os Estados Unidos já podia ser percebida logo no início da ocupação. Uma questão fundamental quanto ao comando da ocupação eram os avanços soviéticos sobre o Japão mais especificamente, a região de Hokkaido, uma vez que os EUA não tinham intenção de dividir o Japão da mesma maneira que foi feito com a Alemanha. (CARDOSO, 2019. p. 52)

Desta forma, a ocupação do Japão foi feita basicamente pelos EUA e em apoio direto, por meio do órgão consultivo da comissão para o extremo oriente, das demais nações democratas ocidentais, na ideia de combate ao comunismo. CARDOSO (2019) cita uma informação dada por MacArthur como o argumento para a ocupação *exclusiva* dos estadunidenses:

No caso alemão, os EUA arcaram com aproximadamente 75% dos custos da ocupação e os países que dividiam influência não enviaram tropas em ajuda aos norte-americanos durante a guerra do pacífico, fatos estes que contribuíram para a decisão de comandar a ocupação do Japão e não dividir o território. (CARDOSO, 2019. p. 52)

Assim como CARDOSO (2019) também justifica a visão da ameaça soviética apresentada pelos EUA:



Um dos interesses norte-americanos em reconstruir o Japão e mantê-lo sob sua influência era o risco de insurgência de países comunistas pela Ásia. A tendência era que o aparecimento de países comunistas disseminava o comunismo aos países próximos, como uma forma de influência soviética. O fenômeno mais tarde foi chamado de Teoria do Efeito Dominó pelo Presidente Eisenhower em 1954. (CARDOSO, 2019. p. 53)

Ao ocupar o Japão, CARDOSO (2019) informa que a intenção dos EUA era fazer um aliado para garantir sua influência na geopolítica da Ásia Ocidental. São citadas enquanto premissas do trabalho de reestruturar o Japão:

Inicialmente os planos dos EUA consistiam em desmilitarizar e construir no Japão um aliado forte para garantir seus interesses geopolíticos e sua presença militar na região por meio da manutenção de bases estratégicas a serem estabelecidas no território japonês. (CARDOSO, 2019. p. 53)

Seguindo esse raciocínio, logo após a rendição japonesa e no primeiro ano da ocupação estadunidense, em meados de fevereiro de 1946, o supremo comandante das forças militares aliadas - o general Douglas MacArthur - reuniu-se com uma cúpula formalizada pelo seu quartel general para preparar um *rascunho em inglês* de nova constituição ao Japão. O conceito era que, ao reestruturar a constituição, iria fazer uma mudança estrutural no governo.

De começo, os estadunidenses haviam deixado a abertura para os japoneses fazerem a própria modificação, mas em vista que a elite japonesa não via a necessidade de alteração drástica no texto constitucional e, conseqüentemente, no modelo de governo, MacArthur foi incumbido de montar uma diretriz, baseada no pensamento democrático estadunidense (INOUE, 1991) para reformular a constituição japonesa ativa desde a Era *Meiji*.

### **Reformulação da Nova Constituição**

NODA (1976) nos aponta uma dificuldade para compreensão da legislação japonesa até mesmo para os próprios japoneses (NODA, 1976. p. 18) e a razão para tal é justificada em dois pontos – diferenças de filosofia e barreiras sociolinguísticas, sendo que a constituição foi feita simultaneamente em japonês e inglês, mas com base na ideologia dos EUA e usando de referencial o rascunho em inglês preparado por MacArthur. Compreendendo que, ao governo japonês, não haveria alternativa senão reformular a constituição, mas este ainda tinha estrutura política conservadora, vamos abordar primeiramente a ambiguidade linguística.

Sobre a linguística, NODA (1976) nos remete que o estudo da lei é intrínseco a um estudo da língua, uma vez que “[...] como a lei é um produto do pensamento, deve

haver um relacionamento inseparável entre a lei e a língua<sup>35</sup>” (NODA, 1976. p. 13). Conforme citado no estudo linguístico, INOUE (1991) informa que a cúpula responsável por formular o rascunho constitucional era formada por japoneses e estadunidenses que eram políticos e militares, logo, não havia um conhecimento aprofundado do idioma e ideologia para uma tradução simultânea efetiva. INOUE (1991) explica que essa dificuldade comunicativa foi positiva em uma análise histórica, por ter favorecido as negociações entre ambos os lados mas, por outro ponto, implicou em uma dualidade de interpretação – e que inclusive, seria utilizada posteriormente a favor do poder executivo japonês no que se refere à militarização.

Consequentemente a incapacidade de compreender o que o outro intencionava, INOUE (1991) ainda cita que, ao assinar a declaração de Potsdam, a elite japonesa já previa que teria que fazer emendas à constituição – o que eles não previam era a grande modificação estrutural proposta pelo ocidente e isso foi um choque.

As mudanças de maior impacto à realidade japonesa envolviam, em especial, os direitos individuais dos civis, então o que de fato fica estabelecido para o estudo do artigo nono é que houve essa falha interpretativa, e ainda a posição desfavorável do Japão por ter sido bombardeado com armas nucleares e sofrido gigantescas perdas – tanto humanas, como financeiras e até mesmo territoriais – durante o final da guerra, tornavam um posicionamento de desvantagem na hora de negociar mudanças estruturais e por consequência, seja intencionalmente ou por falha comunicativa, acabou que deixaram o texto relativamente ambíguo.

Já as diferenças filosóficas são aplicáveis ao se avaliar o que seria a função da força militar – para compreender essa diferença de filosofia, CARDOSO (2019) explica:

Observa-se dois pontos de vista, um realista onde o Japão renunciava a guerra, mas somente como meio de resolução de disputas internacionais; a guerra como uma forma de autodefesa ainda seria possível. E um segundo idealista, no qual o Japão renunciava a todo tipo de guerra, tanto para resolver disputas internacionais como para a defesa, ou seja, de acordo com esta última interpretação, o Japão possui o direito abstrato de autodefesa, mas sem utilizar forças armadas tornando assim a manutenção das mesmas inconstitucional. (CARDOSO, 2019. p. 55)

---

<sup>35</sup> Trecho original: *“If this is correct, the Japanese manner of thinking is dependent on the structure of the Japanese language, and since law is a product of thought, there must be an inseparable relationship between law and language.”* (NODA, 1976, pg. 13)

A intenção inicial dos EUA, apontada por CARDOSO (2019), era justamente de manter o Japão o mais retraído possível no sentido de manutenção de forças armadas – e desta forma, seguindo o pensamento citado pelo autor como o de uma política idealista e, no sentido de conservar o militarismo, reprimir tais ações quaisquer que fossem. Porém, o que de fato veio a ocorrer iremos abordar ao fazer o estudo interpretativo do artigo, uma vez que hoje temos evidência da existência das forças de autodefesa do Japão.

### 3. Estudo interpretativo

---

A ocupação japonesa deu-se, simultaneamente, ao que na história ocidental é considerado o início da Guerra Fria<sup>36</sup> e final da Segunda Guerra Mundial<sup>37</sup>, e por isso, é interessante observar que há dois projetos de ação que demarcam bem a passagem de ambos os conflitos no território do arquipélago, especialmente no que se refere à aplicação prática, após a promulgação da nova Constituição japonesa em 1946, do artigo nono.

CARDOSO (2019), sobre a fase inicial do pós-guerra, informa que a política dos Estados Unidos quanto à aplicação do artigo nono foi de que “a desmilitarização ocorreu por meio da abolição do exército e da força aérea imperial japonesa, o julgamento e a expulsão dos líderes militares. Somente a marinha foi mantida e renomeada para *Maritime Safety Board*.” (CARDOSO, 2019. p. 53)

Com o início da Guerra Fria, porém, a disputa por territórios assumiu agora o panorama também enquanto disputa ideológica, em que os dois polos de antagonismo – Estados Unidos e União Soviética – não viriam a guerrear diretamente em seus polos estatais, mas sim através de suas áreas de influência. Esse contexto de expansão da influência havia dividido a Alemanha após o nazismo em Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, e a intenção dos Estados Unidos quanto ao Japão era

---

<sup>36</sup> Alguns historiadores consideram que o início da Guerra Fria foi o dia 12 de março de 1947, que conforme explicado em uma matéria da BBC, seria a data de um pronunciamento do presidente Harry Truman após a ocupação da Alemanha. Fonte: **Os 33 segundos que marcaram o início da Guerra Fria há 75 anos**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61560065>> Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

<sup>37</sup> O dia final da segunda guerra mundial é considerado diferentemente ao longo do mundo, uma vez que não teve uma data oficialmente já que cada nação do grupo do Eixo (Itália, Alemanha e Japão) assinaram suas respectivas declarações de rendição em datas diferentes e já citadas anteriormente.

a formação de um aliado para combater a disseminação do comunismo pela Ásia Ocidental. E em vista a isso, CARDOSO (2019) nos informa:

Nos termos da Constituição, o Japão não poderia manter forças armadas, porém a ambiguidade contida nos termos do artigo 9º em questão, acabam permitindo uma interpretação por meio da qual se faz possível a manutenção de forças armadas exclusivamente defensivas. (CARDOSO, 2019. p. 54)

Essa questão, do que é considerado como autodefesa, é a atual linha do debate político social que o Japão trabalha desde o início da Guerra Fria sobre a manutenção do artigo nono. Fica evidente que os Estados Unidos precisavam de um aliado e um motivo para que o Japão pudesse manter em seu território, sem ferir as condições impostas em sua constituição, forças armadas e suplementos militares. CARDOSO (2019) cita TOGO (2005) para poder explicar a margem aberta para essa interpretação:

[...] ainda que do ponto de vista do direito internacional o Japão claramente tem direito à autodefesa individual e coletiva [...] desde a adoção da Constituição, o artigo 9º foi interpretado de modo a garantir a manutenção do mínimo de forças para autodefesa e vetar a autodefesa coletiva. Logo, qualquer ação em autodefesa coletiva além do mínimo permitido para defesa nacional é tida como inconstitucional. Tal noção tem afetado a política de segurança do Japão, de maneira a semear um espírito de contenção. (TOGO apud CARDOSO (2019). p. 41)

Inicialmente, o Japão manteve apenas a sua marinha – mas com o nome alterado – e pequenas forças de contenção para conflitos internos. Porém, com a Proclamação da República Comunista da China em 1949<sup>38</sup> e o início da Guerra nas Coreias em 1950<sup>39</sup>, a estratégia dos Estados Unidos (que ainda ocupava o arquipélago) foi modificada para um plano de utilizar o território japonês enquanto base para operações militares diretas no continente. Quanto à esta mudança de ótica para o uso das forças militares do continente japonês, CARDOSO (2019) informa que “a guerra na Coreia serviu para mostrar aos norte-americanos que seria inviável manter o Japão desmilitarizado em meio à Guerra Fria.” (CARDOSO, 2019. p. 57) Quanto às mudanças de postura dos Estados Unidos ao Japão, CARDOSO (2019) informa:

---

<sup>38</sup> Considera-se para este estudo, a data 01 de outubro de 1949 conforme noticiada pela BBC. Fonte: **70 anos da revolução comunista na China: como país pobre e rural se tornou potência mundial em 4 décadas**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49877017>> Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

<sup>39</sup> A data 25 de junho de 1950 é dada como a data de início do conflito direto entre a Coreia do Sul e Coreia do Norte, após a invasão do exército do Norte declarada pelos EUA. Fonte: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55717447>> Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

A Guerra da Coreia [...] em termos econômicos serviu para que houvesse investimentos norte-americanos na economia do Japão por meio de aquisições de guerra que renderam a entrada de mais de 2 bilhões de dólares durante o período da Guerra da Coreia, que excedeu o total recebido pelo Japão dos EUA por outras vias entre 1945 e 1951 (DOWER, 1999). Com a autorização do presidente Truman, MacArthur deslocou parte das tropas de ocupação para combater na guerra da Coreia, mas [...] o problema de deslocar as tropas para o conflito era deixar uma abertura para uma possível invasão soviética ao Japão pelo Norte. [...] Neste caso o artigo 9º foi interpretado de maneira realista, uma vez que essa reserva policial foi criada como um meio de manutenção da ordem direta e concebida por MacArthur como uma forma de prevenir a invasão do Arquipélago ou insurreições comunistas. Esse processo foi o primeiro passo para a criação das forças de autodefesa do Japão. (p. 58)

Antes de ser a atual *jieitai* – ou *a força de autodefesa do Japão* – a proteção nacional era feita pelo que CARDOSO (2019) chama de *Forças de Segurança*, uma instituição de estado que era inicialmente um grupo policial que intencionava a proteção do território de forma a conter conflitos internos e supressão do comunismo no Japão. Porém, os conflitos ocorrentes nos países vizinhos demandavam um posicionamento de repressão militar dos Estados Unidos e a posição geográfica do Japão favorecia o transporte das tropas. Assim a, já divergente dos demais países, polícia japonesa – que era muito bem equipada militarmente para o comparado a outras potências internacionais – recebeu mais abertura para ampliação e investimento e, nesse ponto, é perceptível o interesse de ambos os lados – os EUA buscavam aumentar o tamanho das *forças de segurança* para manter, em um primeiro momento, o arquipélago devidamente protegido do comunismo mas pequeno o suficiente para não ser uma ameaça e por outro lado, o Japão buscava o investimento estadunidense na sua proteção nacional já que os insumos japoneses poderiam ser utilizados a favor do crescimento econômico em outras áreas.

Foi advindo deste contexto citado e das negociações para findar a ocupação do território japonês, que foi assinado por ambas as partes (Japão e Estados Unidos), assim como outras nações e inclusive o Brasil, o *Treaty Peace with Japan* em 08 de setembro de 1951 (que iremos estudar a frente).

MARTIN (2017) argumenta sobre uma prática comum quanto à dieta legislativa japonesa que é a sequente reinterpretação de termos, facilitada pelo próprio idioma, que seria uma forma de emenda legislativa informal. Essa prática será exposta ao longo da análise dos tratados assinados por Estados Unidos e Japão, já que eles servem de panorâmica para entender por que do Japão mantem forças militares que seria, teoricamente, uma medida inconstitucional e citados a seguir.

### **O Tratado de Paz com o Japão de 08 de setembro de 1951<sup>40</sup>**

Dado o fim da ocupação do Japão pelos Estados Unidos, CARDOSO (2019) nos apresenta que já havia o preparo antecipado para a devolução da soberania ao Japão. Sobre os pontos levantados para negociação, cita-se:

John F. Dulles esteve no Japão em 1950 para planejar o Tratado de paz entre os EUA e o Japão. Negociaria a devolução da soberania ao país com base em alguns princípios, tais como incluir no tratado apenas países que não tivessem objeções ao retorno da soberania ao Japão da maneira como seria feito; [...] A segurança nacional japonesa seria garantida com base na responsabilidade cooperativa entre as forças norte-americanas e as bases japonesas; Okinawa seria deixada sob cuidado dos Estados Unidos (as ilhas foram devolvidas ao Japão em 15 de maio de 1972); [...] A principal questão emergente foi a do rearmamento japonês. (CARDOSO, 2019. p. 61)

Firmado em 08 de setembro de 1951, o relevante ao ponto de aplicação do artigo nono constitucional advém dos artigos 02 e 03 do tratado de paz que estabelece as delimitações territoriais do Japão (renunciando seus direitos a Taiwan, Pescadores, Kurilas e a região Sul de Sacalina) além da independência da Coreia assim como do artigo 05 do tratado de paz, que iremos abordar a seguir.

Cita-se do artigo 05 do Tratado de Paz<sup>41</sup>:

- (a) O Japão aceita as obrigações estabelecidas no Artigo 2 da Escritura das Nações Unidas, e em particular as obrigações:
  - i. De resolver suas disputas internacionais por meios pacíficos de forma que a paz, segurança e justiça internacional não fiquem sob perigo;
  - ii. De reprimir em suas relações internacionais a ameaça ou uso de força contra a integridade internacional ou independência política

---

<sup>40</sup> Para essa análise, consideramos a leitura da fonte – **Treaty Peace with Japan**, disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>> Acesso em 18 de janeiro de 2023.

<sup>41</sup> Texto original em inglês: (a) Japan accepts the obligations set forth in Article 2 of the Chapter of the United Nations, and in particular the obligations i. To settle its international disputes by peaceful means in such a manner that international peace and security, and justice, are not endangered; ii. To refrain in its international relations from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any State or in any other manner inconsistent with the Purpose of the United Nations; iii. To give the United Nations every assistance in any action it takes in accordance with the Charter and to refrain from giving assistance to any State against which the United Nations may take preventive or enforcement action. (b) The Allied Powers confirm that they will be guided by the principles of Article 2 of the Charter of the United Nations in their relations with Japan. (c) The Allied Powers for their part recognize that Japan as a sovereign nation possesses the inherent right of individual or collective self-defense referred to in Article 51 of the Charter of the United Nations and that Japan may voluntarily enter into collective security agreements. (Treaty of Peace with Japan, p. 5)

de qualquer Estado ou qualquer outra espécie inconsistente com o propósito das Nações Unidas;

- iii. De dar às Nações Unidas toda assistência em qualquer ação que esteja em acordo com a escritura e de reprimir a doação de assistência a qualquer Estado contrário às Nações Unidas que possa tomar medida preventiva ou executiva.
- iv. As Forças Aliadas confirmam que irão ser guiadas pelos princípios do Artigo 2 da Escritura das Nações Unidas em suas relações com o Japão.
- v. As Forças Aliadas por sua parte reconhecem que o Japão enquanto nação soberana possui o direito inerente de individual ou coletiva autodefesa em referência ao Artigo 51 da Escritura das Nações Unidas e que o Japão pode voluntariamente entrar em acordos de segurança coletiva.

(**Treaty of Peace with Japan**. 1951)

A intenção ao citar o referido artigo é apontar a permissão dada pela organização das Nações Unidas à autodefesa japonesa assim como sua participação em tratados de defesa com outras nações – fazendo a ressalva da obrigatoriedade de, enquanto membro das Nações Unidas, do Japão assistir em ações dos demais membros contra outras nações – e relevante para compreensão do que viria a acontecer com o relacionamento militar entre Japão e Estados Unidos após a desocupação do território.

CARDOSO (2019) nos informa que o tratado de 1951 tinha como objetivo garantir a presença militar dos norte-americanos na região após a devolução da soberania ao Japão (CARDOSO, 2019. p. 62). Ainda não havia dado tempo para o reestabelecimento econômico do Japão – eram apenas 5 anos desde o final da Segunda Guerra Mundial – e ainda estava emergente a situação de Guerra entre as Coreias, então para o lado japonês foi bom que ainda havia a presença militar estadunidense no território para assistência a conflitos com países vizinhos e para o lado dos EUA que havia ainda a possibilidade de manter bases militares próximas ao território da União Soviética e China comunista. Porém, CARDOSO (2019) explicita melhor como era a relação entre ambos os países:

O primeiro tratado refletia a natureza subordinativa entre os dois países herdada da ocupação: o Japão era obrigado a garantir o uso de bases em seu território para os Estados Unidos e os norte-americanos não eram obrigados a defender o Japão nos termos do tratado. (CARDOSO, 2019. p 64)

Ao falar de um primeiro tratado, o autor referencia ao *Acordo de Assistência e Defesa Mútua* (MDAA) assinado por representantes do governo japonês e

estadunidense de 08 de março de 1954<sup>42</sup>. O relevante ao citar deste acordo é que ele foi logo renegociado, conforme condições explicitadas por CARDOSO (2019) que proporcionaram uma melhoria na parte argumentativa do Japão – a entrada do Japão na ONU de 1956, assim como o encerramento oficial de suas relações com a União Soviética no mesmo ano – e em 1960 foi assinado o tratado que vigora até a atualidade e analisaremos a seguir.

### ***O Tratado de Segurança e Cooperação Mútua entre Estados Unidos da América e Japão de 19 de janeiro de 1960***<sup>43</sup>

Considerando o estabelecimento do Japão enquanto potência internacional e os direitos enquanto nação e membro das Nações Unidas, foi negociado um acordo de segurança entre Japão e EUA que mantinha a parceria entre ambas as nações mas, desta vez, associava a responsabilidade de defesa do território japonês a ambos os lados. Cita-se do tratado<sup>44</sup>:

#### Artigo III

As partes, individualmente e em cooperação com a outra, por meios de efetivo e contínuo auto assistência e mútua ajuda irão manter e desenvolver, sujeito às suas provisões constitucionais, suas capacidades de resistir a ataques armados. (Treaty of Mutual Cooperation and Security between the United States of America and Japan, pg. 02)

CARDOSO (2019) nos informa que esse foi o trunfo da negociação nipônica entre Japão e Estados Unidos por estabelecer a cooperação efetiva dos estadunidenses em defender o Japão mas já prevendo a limitação de expansão militar por parte do artigo nono constitucional. Dos pontos de interesse atingidos pela negociação, o autor nos informa:

O Tratado também incluía princípios base de segurança da Carta das Nações Unidas (art. 1), cooperação (art. 2), desenvolvimento de capacidades para

---

<sup>42</sup> Consideramos para o estudo o documento disponibilizado com o título ***Mutual Defense Assistance Agreement*** disponível em: <<https://japan2.usembassy.gov/pdfs/wwwf-mdao-mdaa1954.pdf>> Acesso em 18 de janeiro de 2023.

<sup>43</sup> Para essa análise, consideramos a leitura da fonte – ***Treaty of Mutual Cooperation and Security between the United States of America and Japan***, disponível em: <[http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/mutual\\_cooperation\\_treaty.pdf](http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/mutual_cooperation_treaty.pdf)> Acesso em 20 de janeiro de 2023.

<sup>44</sup> Texto original em inglês: Article III – The Parties, individually and in cooperation with each other, by means of continuous and effective self-help and mutual aid will maintain and develop, subject to their constitutional provisions, their capacities to resist armed attack. (Treaty of Mutual Cooperation and Security between the United States of America and Japan, pg. 02)



resistir a ataques armados sujeito a provisões constitucionais (art. 3), consulta prévia (art. 4) e o reconhecimento da procedência da Carta da ONU sobre o tratado (art. 7). (CARDOSO, 2009. p. 65)

Desta forma, após o estabelecimento do tratado de 1960 e a garantia da posição dos Estados Unidos enquanto agente de proteção assim como da previsão de limitação aos investimentos militares e envolvimento japonês em conflitos que não envolvam, diretamente, sua defesa nacional proporcionou ao Japão o crescimento econômico relativamente seguro até a virada do milênio.

### **O que se tem na atualidade sobre emendas ou alterações no artigo nono?**

É importante citar que o tratado de 1960 estabeleceu ao Japão uma base de segurança porém, simultaneamente, de dependência aos EUA, no que se refere à defesa nacional, e essa vinha sendo questionada desde a década de 70. Como informado por CARDOSO (2019):

[...] As tensões da Guerra Fria durante os anos 60 e 70 trouxeram insegurança quanto as relações Japão e Estados Unidos, levando os japoneses a repensar alguns aspectos de sua defesa [...]. Entre os fatores externos, podemos citar os Choques do Petróleo que ocorreram em 1973, [...] bem como o fim da Guerra do Vietnam, que juntamente com o que os japoneses chamaram de os “Choques de Nixon” levaram o governo japonês a pensar os rumos de sua política de defesa de maneira mais autônoma e proativa, demonstrando assim a capacidade do Japão em defender-se sem descartar o papel do Tratado de defesa com os Estados Unidos. (CARDOSO, 2019. p. 66-67)

CARDOSO (2009) nos informa que a segunda maior decisão em termos de política defensiva foi o estabelecimento da *National Defence Programme Outline* que seriam bases de diretrizes defensivas ao Japão, e que previam inicialmente um aumento, a exemplo, no investimento na *jieitai*. De forma a conter os dois lados do debate sobre a militarização – tanto o lado que advogava a inconstitucionalidade e o lado que revogava a dependência estrangeira – ficou estabelecida nesse programa que os investimentos em defesa se manteriam abaixo de 1% do PIB. Porém, recentes conflitos internacionais causaram novas mudanças na chamada por CARDOSO (2019) como política defensiva da doutrina Yoshida<sup>45</sup>.

SILVA (2016) nos informa sobre dois marcos do segundo milênio como consequência direta ao ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 às Torres

---

<sup>45</sup> Essa política é referenciada como a ideia de investimentos mínimos em militarização, posta em prática durante o governo do primeiro-ministro japonês Shigeru Yoshida, e contrabalanceada em investimentos nas esferas econômicas em relação à confiabilidade da defesa do território por parte dos estadunidenses.

Gêmeas nos Estados Unidos<sup>46</sup>. A primeira é o caso de um ataque japonês a uma embarcação norte-coreana que espionava o território em 2001 (SILVA, 2019. p. 181) e a segunda é o envio de soldados japoneses não-combatentes ao Iraque para prestar serviços de ajuda humanitária em 2003 (SILVA, 2019. p. 181) que seria a primeira vez, após a ocupação das tropas estadunidenses, que o Japão tinha uma postura ativa (sem depender de uma solicitação da Organização das Nações Unidas) para envio de tropas ao exterior<sup>47</sup>. Após essas ações, ficou estabelecida a prática de novas políticas de defesa por parte do Japão, sendo elas<sup>48</sup>:

- 1) O transporte de cidadãos japoneses ao estrangeiro (em referência a membros do corpo da *jieitai*);
- 2) Proteção de equipamentos e armamentos das forças de autodefesa;
- 3) Prover de suprimentos e serviços para as forças armadas dos Estados Unidos em períodos de paz;
- 4) Atividades de cooperação na paz internacional por parte das Nações Unidas;
- 5) Atividades de apoio (incluindo suporte logístico) em situações que possam ter importante influência na paz e segurança do Japão;
- 6) Operações de inspeção marítima;
- 7) Resposta à ataques armados contra o Japão;
- 8) Uso de força militar permitida sobre o viés de três novas condições.

Ambos os ocorridos já espelhavam uma mudança a postura mais ativa por parte do governo quanto à defesa do território japonês, mas o fator que desencadeou a primeira tentativa de ressignificação direta ao artigo nono foi a execução de dois civis japoneses pelo Estado Islâmico em fevereiro de 2015<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> **Atentados de 11 de setembro: a tragédia que mudou os rumos do século 21.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55351015>> Acesso em 20 de janeiro de 2023.

<sup>47</sup> Essa missão ficou conhecida como a *Japan's Assistance to Afghanistan*, uma política de apoio ao Afeganistão promovida pelo governo do então primeiro ministro Abe. Iniciada com medidas de apoio econômico em 2001, teve outras nuances que são observadas ao longo do chart disponibilizado pelo ministério de segurança japonês – Fonte: *chart Japan's Assistance to Afghanistan*. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000019264.pdf>> Acesso em: 07 de fevereiro de 2023.

<sup>48</sup> Do inglês original, cita-se: 1) *Transportation of Japanese nationals overseas etc.*; 2) *Protection of Self-Defence Forces's weapons/other equipment*; 3) *Provision of supplies/services to the U.S. Armed Forces in peacetime*; 4) *International Peace Cooperation Activities*; 5) *Support activities (including logistics support) in situations that will have an important influence on Japan's peace and security*; 6) *Ship Inspection Operations*; 7) *Response to an armed attack against Japan*; 8) *"Use of Force" permitted under the "Three New Conditions"*; (Tradução própria, **Japan's Legislation for Peace and Security**. 2016). A fonte para considerar essas políticas, advém do *chart: Japan's Legislation for Peace and Security* – Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000143304.pdf>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2023.

<sup>49</sup> **Japão condena 'Estado Islâmico' por morte de jornalista; Jordânia tenta liberar refém.** Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150201\\_isis\\_japao\\_jordania\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150201_isis_japao_jordania_lab)> Acesso em 20 de janeiro de 2023.

## A Legislação para Paz e Segurança do Japão de 2015<sup>50</sup>

Como apontado por HOSOYA (2019), em 19 de setembro de 2015, o governo japonês promulga uma legislação específica – chamada de *Legislation for Peace and Security* – para tratar dos quesitos referenciais de defesa que deverão ser utilizados de base para as ações militares do país. Considerada uma legislação complementar – e não necessariamente uma emenda por não alterar ou complementar o texto original da constituição – que especificamente trata, novamente, de uma ressignificação do conceito de autodefesa e implica em sua base por cinco alterações em relação às diretrizes defensivas anteriores. Elas são<sup>51</sup>:

- 1) O resgate de cidadãos japoneses no exterior;
- 2) Proteção dos armamentos dos Estados Unidos e outras forças aliadas;
- 3) Participação em operações internacionais coordenadas para paz e segurança;
- 4) Ações de apoio (incluindo suporte logístico) para forças armadas de outros países em situações em que a comunidade internacional está coletivamente endereçando para paz e segurança internacional;
- 5) Resposta a ataques armados contra países estrangeiros que ameacem a sobrevivência japonesa.

HOSOYA (2019) nos informa que a divisão radicalmente oposta que a mídia japonesa teve, por consequência, ocasionou em divergentes impressões por parte da população dependendo de qual jornal eles dispunham (HOSOYA, 2019. p. 07). A medida legislativa promulgada foi alvo de constante debate tanto na esfera da sua validade constitucional assim como objeto de protesto por algumas camadas da sociedade, mas o autor ainda acentua outra faceta que denuncia um exagero nas reações por parte da sociedade – o da limitação do conhecimento sobre a política de segurança por parte dos japoneses. Cita-se<sup>52</sup>:

---

<sup>50</sup> Utilizamos para referência de compreensão dessa base de ressignificação, o *chart* disponibilizado pelo governo japonês que explicita as mudanças diretas que o novo estabelecimento legislativo vigora – **Japan's Legislation for Peace and Security** – Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000143304.pdf>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2023.

<sup>51</sup> Do inglês original, cita-se: 1) *Rescue of Japanese nationals overseas etc*; 2) *Protection of weapons/other equipment of U.S. and other countries' armed forces*; 3) *Internationally coordinated operations for peace and security*; 4) *Support activities (including logistics support) to armed forces of foreign countries in situations where the international community is collectively addressing for international peace and security*; 5) *Response to an armed attack against a foreign country resulting in threatening Japan's survival*; (Tradução própria, **Japan's Legislation for Peace and Security**. 2016)

<sup>52</sup> Texto original: *As security policy has a substantial influence on the lives of the public and the peace of the region, it is presumably one of the most important areas in politics. But in Japan most people do not learn about security in junior or senior high school, or at university. Until now, Japan's national*

Como a política de segurança tem influência substancial na vida do público e na paz da região, é presumível que é uma das áreas mais importantes na política. Mas no Japão a maioria das pessoas não aprende sobre segurança durante os ensinamentos fundamental e média, ou na universidade. Até hoje, as universidades nacionais japonesas têm proibido cursos envolvendo problemas militares, refletindo os movimentos pacifistas japoneses. Além disso, como um resultado, não há oportunidades para que pessoas japonesas comuns sejam expostas a conceitos fundamentais dos estudos de segurança, tendências recentes em tais estudos ou problemas nestas áreas. (HOSOYA, 2019. p. 34)

Desta forma, HOSOYA (2019) expõe a problemática de como o conhecimento da sociedade é limitado sobre as relações do próprio país com a sua política de segurança e acaba que o debate para alterações, revogações e complementos do artigo nono acabam sendo polêmicos assim como dificultosos.

### O debate do artigo nono na atualidade pós-covid

A geopolítica internacional no pós-covid (2020 até a atualidade) foi noticiada e centralizada internacionalmente com a movimentação das tropas russas em direção à capital da Ucrânia<sup>53</sup> em uma operação militar que perdura até o dia de formulação deste trabalho. Mesmo com o conflito permanente entre os lados sem envolver diretamente ao governo japonês, mas considerando o eventual risco que um desdobramento internacional do mesmo ocasionaria, a resposta interna tomada pela casa civil nipônica à essa medida russa foi a notícia do aumento dos encargos com a militarização<sup>54</sup> – em novembro de 2022 o aumento previsto para iniciar em 2023 e findar, inicialmente, em 2027 seria de até 2% do PIB<sup>55</sup>.

Além disso, em 16 de dezembro de 2022 houve a publicação oficial de uma nova *Estratégia de Defesa Nacional*<sup>56</sup> que estabelece novos parâmetros e diretrizes

---

*universities have prohibited courses on military-related issues, reflecting Japan's pacifist movements. Moreover, as a result of this, there are no opportunities for ordinary Japanese people to be exposed to the fundamental concepts of security studies, current trends in such studies, or current issues in the field.* (HOSOYA, 2019. p. 34)

<sup>53</sup> **Rússia invade Ucrânia: fortes explosões atingem capital; invasão deixa ao menos 137 mortos.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60503097>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

<sup>54</sup> **Japão aumentará despesas militares para melhorar defesas aéreas e marítimas.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/japao-aumentara-despesas-militares-para-melhorar-defesas-aereas-e-maritimas/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

<sup>55</sup> Como vimos anteriormente, era estabelecido o uso de até 1% do PIB com as forças de autodefesa por parte do *National Defense Programme Outline*, porém, essa informação vem sendo confrontada com argumentos de oposição.

<sup>56</sup> Utilizamos para referência nessa pesquisa o documento fornecido no site oficial da defesa japonesa, o **National Defense Strategy**. Disponível em: <[https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/strategy/pdf/strategy\\_en.pdf](https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/strategy/pdf/strategy_en.pdf)> Acesso em 20 de janeiro de 2023.

para a política de defesa do Japão. Como esse é mais um documento de validade direcional e não exatamente uma emenda constitucional – assim como também se trata de um documento em atual revisão, conforme disponibilizado no próprio *site* governamental – acaba que novamente é relevante seu estudo para a compreensão da política de defesa mas sua análise detalhada seria objeto de um aprofundamento que, inicialmente, não é de mérito a esta discussão. Desta forma, finaliza-se esse estudo com a avaliação dos seguintes fatos abaixo discriminados:

- (2) Desde sua promulgação em 1946, não houve emendas ou alterações constitucionais no que se refere ao artigo nono da constituição japonesa; Todas as medidas que explicam a presença de recursos militares são justificadas por meio de, inicialmente, tratados com outras instituições internacionais (como cooperação com outros Estados e a integração às Nações Unidas) assim como, recentemente em 2015, por meio de uma legislação a parte que estabelece os parâmetros de autodefesa.
- (3) Existe um movimento de discussão política atual para revisão do texto constitucional – tanto um lado que opera no conceito de revogar sua validade, como um lado que advoga no mérito de manter essa limitação imposta pelo artigo sem alterações assim como uma terceira via que acredita que a opção viável seria de emendar seu significado mantendo o conceito inicial de revogar a posição do Japão enquanto ameaça aos demais países vizinhos porém delimitando também o seu viés do que é considerável como autodefesa, sem depender de uma legislação complementar.
- (4) Apesar de existirem estudos por parte de especialistas da área de política internacional, direito internacional, política de defesa nacional e ainda de geopolítica asiática, a questão da segurança é pouco debatida e estimulada na esfera pública cotidiana japonesa, sendo fechada a um ciclo de interesse político interno e a um ambiente acadêmico de nichos.

## Conclusão

---

Findada a análise linguística, podemos evidenciar que o artigo nono japonês se trata de uma renúncia à ação de atacar outros Estados – apesar de ser veiculado nas mídias estrangeiras, assim como também reconhecido desta forma por algumas óticas em sua própria sociedade, enquanto “*artigo da paz*”. A princípio é evidenciado uma pluralidade de interpretações, que, inicialmente busca transparecer que o Japão não pretende – após a derrota da Segunda Guerra Mundial – investir em novas ações de conquista ou expansão territorial; E, em um segundo momento, que quanto à defesa do país, haverá a redução ao mínimo possível de forças defensivas de forma a garantir seu direito internacional à autodefesa, sendo monitorado, entretanto, pelos Estados Unidos e garantir sua constitucionalidade; A pluralidade interpretativa é o que proporciona um aprofundamento no estudo aqui proposto.

Ao fazer o estudo histórico, fica claro que a ambiguidade desse artigo foi uma forma de o Japão conseguir estabelecer um relacionamento amistoso com as demais nações internacionais, e em especial, com os Estados Unidos. Mas que não foi suficiente para garantir sua posição enquanto nação independente, sendo que foi apenas após 1960 que sua necessidade perante a política externa foi em fato considerada – em que os estadunidenses finalmente estabelecem uma relação de cooperação direta com os japoneses, ao invés de uma relação de sobreposição de poder.

E após o estudo interpretativo, duas possibilidades de ação são expostas – na primeira, o Japão declara que não irá atacar outros Estados, e em uma segunda, o governo japonês não irá manter um exército. Com base na aplicação prática que foi analisada por CARDOSO (2019), MARTIN (2017) e SILVA (2017), entretanto, o viés da primeira interpretação é a mais condizente, apesar de que é possível sim abrir estudos para teorizar e avaliar se, em uma realidade que a geopolítica da Ásia ocidental fosse diferente, não seria posta em prática a segunda vertente – ou até mesmo se esta já não estaria sendo aplicada, justamente dentro das limitações possíveis (considerando que o nome dado para as forças de autodefesa é diferente, seu campo de atuação assim como propósito também, além do fato de que a existência de legislação complementar, facilitaria o veto a tais artigos complementares

sem necessidade de alteração da constituição). Tende-se, portanto, a necessária abertura para novas pesquisas.

Por fim, a questão mais claramente levantada é – por que o Japão não altera o artigo? O posicionamento mais claro que se tem (com base nos autores estudados) sobre este é que precisa sim de uma emenda e evitar o uso de tratados de paz ou diretrizes de defesa para complementar o seu significado – apesar de que existem setores da sociedade japonesa que se apresentam, claramente (através dos protestos e matérias midiáticas), contrários a esta ação; Aos favoráveis, esta emenda pode ser em intenção de revogação total, modificação parcial ou reestruturação política sendo também um mérito para a própria sociedade japonesa estudar, avaliar e dialogar antes de pôr em prática.

Novamente, não é estabelecida como será a ação japonesa quanto à defesa na própria constituição e essa ambiguidade não é mais condizente com a realidade geopolítica atual, que tanto o Japão já alcançou o *status* enquanto uma das maiores economias mundiais – por isso não necessitaria de uma economia de recursos – assim como é claro que as nações vizinhas precisam que a proatividade japonesa em desenvolver relacionamentos seja enfocada, – já que são, simplesmente, as nações de grande influência internacional suas regiões limítrofes, tais como sendo a China comunista (distância centro a centro de 3.045 km), Rússia (centro a centro em 3.627 km de distância) e ainda as Coreias tanto do Sul como Norte (em mesmo referencial, 942 km de distância) – sejam essas relações a serem estabelecidas como de maior proximidade ou limitação imposta direta.

O que fica mais perceptível na outra possibilidade de interpretação é que, a tendência conservadora da própria sociedade, que alguns autores como INOUE (1999), MARTIN (2017) e HOSOYA (2019) apontaram em seus trabalhos, seria demonstrada por meio da resistência em alterar o texto original da constituição, não sendo necessariamente nenhuma medida política por si só mas apenas um aspecto cultural. A questão é levantada e a pluralidade possível de respostas é o que engrandece a proposta de tentar a responder e abre a margem necessária de mais estudos nesse setor.

O levantamento final, resumidamente, é que ao estudar o artigo nono uma das óticas implica, sendo claramente não a única, nem a mais adequada assim como não

imutável, que o governo do Japão posterga, ao evitar as alterações no texto constitucional, a responsabilidade de cuidar da segurança de sua própria nação e tal atitude está sendo, através das medidas políticas do atual primeiro-ministro Fumio Kishida, paulatinamente e controversamente reestruturada.



## Referências

---

CARDOSO, Thiago Alves. **A política de defesa do Japão e as teorias realistas**. 2019. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-22022021-170929/publico/2019\\_ThiagoAlvesCardoso\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-22022021-170929/publico/2019_ThiagoAlvesCardoso_VOrig.pdf)>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

FUKASAWA, Lídia Masumi. **Breves considerações acerca do “tempo” e do “aspecto” na língua japonesa moderna**. *Estudos japoneses*, 1, 43-51. 1979. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ej/article/download/139907/157107>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

HOSOYA, Yuichi. **Security Politics in Japan**. 1ª edição em inglês. 2019. Japan Publishing Industry Foundation for Culture. 207 páginas.

INOUE, Kyoko. **MacArthur’s Japanese Constitution: a linguistic and cultural study of its making**. 1ª edição. 1999. The University of Chicago. 379 páginas.

MARTIN, Craig. **The Legitimacy of Informal Constitutional Amendment and the “Reinterpretation” of Japan’s War Powers**. 2017. Disponível em: <<https://ir.lawnet.fordham.edu/ilj/vol40/iss2/3/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

NODA, Yosiyuki. **Introduction to Japanese Law**. 5ª edição. 1976. University of Tokyo Press. 255 páginas.

OLIVEIRA, Cláudio Luiz. **A importância da tradução: reflexões sobre o papel do tradutor**. Revista *Communitas*, 1º volume. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/1109/pdf>>. Acesso em 10 de Dezembro de 2022.

SILVA, Barbara Dantas Mendes. **O Japão no Século XXI: Atuação Pacífica ou Ativa?**. 2017. Disponível em: <<https://revistaeletronica.fab.mil.br/index.php/afa/article/view/29>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

### Documentos oficiais

昭和二十一年憲法. Disponível em: <<https://elaws.e-gov.go.jp/document?lawid=321CONSTITUTION>>. Acesso em 11 de novembro de 2022.

**Mutual Defense Assistance Agreement** Disponível em: <<https://japan2.usembassy.gov/pdfs/wwwf-mdao-mdaa1954.pdf>>. Acesso em 18 de janeiro de 2023

**Treaty of Mutual Cooperation and Security between the United States of America and Japan.** Disponível em: <[http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/mutual\\_cooperation\\_treaty.pdf](http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/mutual_cooperation_treaty.pdf)>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

**Japan's Legislation for Peace and Security.** Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000143304.pdf>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2023

**National Defense Strategy.** Disponível em: <[https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/strategy/pdf/strategy\\_en.pdf](https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/strategy/pdf/strategy_en.pdf)>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

## Matérias jornalísticas

### Portal G1

MANZANO, Fábio. **EUA concluem retirada das tropas do Afeganistão após 20 anos de ocupação.** Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/30/eua-concluem-retirada-das-tropas-do-afeganistao.ghtml>> Acesso em: 11 de novembro de 2022.

### Rádio Câmara

**Há 70 anos, a Alemanha se rendeu na Segunda Guerra Mundial.** Disponível:

<<https://www.camara.leg.br/radio/programas/457819-ha-70-anos-a-alemanha-se-rendeu-na-segunda-guerra-mundial/>> Acesso em: 16 de novembro de 2023.

### Rede CNN

PORTO, Douglas. **Estados Unidos anunciam novas medidas financeiras contra a Rússia.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/estados-unidos-anunciam-novas-medidas-financeiras-contr-a-russia/>> Acesso em: 11 de novembro de 2022.

**Japão aumentará despesas militares para melhorar defesas aéreas e marítimas.**

Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/japao-aumentara-despesas-militares-para-melhorar-defesas-aereas-e-maritimas/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

**Rússia invade Ucrânia: fortes explosões atingem capital; invasão deixa ao menos 137 mortos.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60503097>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

**Atentados de 11 de setembro: a tragédia que mudou os rumos do século 21.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55351015>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023

**Japão condena ‘Estado Islâmico’ por morte de jornalista; Jordânia tenta liberar refém.** Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150201\\_isis\\_japao\\_jordania\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150201_isis_japao_jordania_lab)>. Acesso em 20 de janeiro de 2023

**70 anos da revolução comunista na China: como país pobre e rural se tornou potência mundial em 4 décadas.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49877017>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

**Como a Coreia se dividiu em duas?.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55717447>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

**SERRANO, Carlos. Hiroshima e Nagasaki: como foi o ‘inferno’ no qual morreram milhares por causa das bombas atômicas.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-a05a8804-1912-4654-ae8a-27a56f1c2b8a>>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

**Os 33 segundos que marcaram o início da Guerra Fria há 75 anos.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61560065>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.